

ABORDAGEM METODOLÓGICA COM FOCO NO PRODUTO DE MESTRADOS PROFISSIONAIS

ANAIS DE PROJETOS DE PESQUISA



ANAIS DE PROJETOS DE PESQUISA DO PPGPI

ADRIANA CARLA SILVA DE OLIVEIRA
PATRÍCIA BORBA VILAR GUIMARÃES
ANA LUIZA FÉLIX SEVERO
ORGANIZADORAS

ABORDAGEM METODOLÓGICA COM FOCO NO PRODUTO DE MESTRADOS PROFISSIONAIS: PROJETOS DE PESQUISA

ADRIANA CARLA SILVA DE OLIVEIRA
PATRÍCIA BORBA VILAR GUIMARÃES
ANA LUIZA FÉLIX SEVERO

Organizadoras

Projeto gráfico

Editora Motres

Uma publicação do Grupo de Pesquisa em Direito e
Desenvolvimento Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(BENITEZ Catalogação Ass. Editorial, MS, Brasil)

O45a Oliveira, Adriana Carla Silva de
1.ed. Abordagem metodológica com foco no produto de mes-
trados profissionais : projetos de pesquisa [livro eletrônico] /
Adriana Carla Silva de Oliveira, Patrícia Borba Vilar Guimarães,
Ana Luíza Félix Severo ; prefácio Suênia Oliveira Mendes. –
1.ed. – Natal, RN : Motres, 2021.
PDF.
ISBN : 978-65-89765-16-5
1. Educação e gestão. 2. Etnia e gênero. 3. Metodologia
científica. 4. Projeto de pesquisa. 5. Sustentabilidade. I. Oli-
veira, Adriana Carla Silva de. II. Guimarães, Patrícia Borba Vilar.
III. Severo, Ana Luíza Félix. IV. Mendes, Suênia Oliveira. V. Título.
12-2021/21 CDD 370.1

Índice para catálogo sistemático:

1. Educação e gestão : Projeto de pesquisa 370.1

Bibliotecária – Aline Grazielle Benitez CRB-1/3129



2021 © Motres Acadêmicos
Motres Acadêmicos é um selo da Editora Motres.
CNPJ: 26.394.677/0001-45
www.editoramotres.com

ORGANIZAÇÃO

Adriana Carla Silva de Oliveira

PhD em Ciência da Informação e Direito, Doutorado Sanduíche no College Information & Communication, University of Tennessee, USA. Mestrado em Engenharia de Produção. Especialista em Gestão Estratégica de Empresas. Bibliotecária e Bacharel em Direito. Bibliotecária e Analista Judiciário do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte. Professora Colaboradora do Programa de Pós-graduação em Direito (PPGD/UFRN) e da Pós-Graduação em Gestão de Processos Institucionais (PPGPI/UFRN). Docente da Escola de Magistratura do Rio Grande do Norte.

Patrícia Borba Vilar Guimarães

Doutora em Recursos Naturais. Professora Associada da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no Departamento de Direito Processual e Propedêutica (DEPRO). Líder da Base de pesquisa em Direito e Desenvolvimento (UFRN-CNPq) Docente vinculada ao Programa de Pós-graduação em Direito (UFRN-Mestrado Acadêmico) e ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Processos Institucionais (UFRN- Mestrado Profissional).

Ana Luiza Félix Severo

Doutoranda em Recursos Naturais (UFCG/PB). Mestrado em Direito Constitucional (UFRN/RN). Especialista em Ciências Jurídicas, área de concentração Direitos Humanos, Sociais e Econômicos (UFPB/ESMA/PB). Especialista em Gênero e Diversidade (UFPB/NIPAM/PB). Bacharela em Direito (UNIPÊ/PB). Bacharelada em Ciências Sociais (UFPB/PB). Avaliadora de Revistas da área Jurídica. Membro dos grupos de pesquisa Direito e Desenvolvimento (UFRN / CNPQ) e Direito e Regulação dos Recursos Naturais e da Energia (UFRN / CNPQ). Colaboradora externa do projeto de extensão Se liga no lixo (UFPB). Mentora acadêmica, palestrante e professora de cursos online. Áreas de estudo: Direito Ambiental; Sustentabilidade; Sociologia Jurídica; Direito da Criança e do Adolescente; Gênero e Diversidade; Direito, Política e Estado; Direitos Humanos; Cidadania; Direito Constitucional; Direito Digital. Endereço eletrônico: analuzafelix@yahoo.com.br

APRESENTAÇÃO

Esta obra é uma produção colaborativa de discentes e docentes para cumprimento da disciplina de Metodologia do Trabalho Científico realizada no semestre 2021.2 no Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais. Salienta-se que em virtude da Pandemia do Covid19, a disciplina foi ofertada em caráter remoto, com aulas síncronas e assíncronas, além do suporte através do Sistema Acadêmico SIGAA da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Tal experiência que se materializa nesta obra coletiva foi muito gratificante, pois permitiu que toda a sua construção realizou-se de forma colaborativa e *online*. Além de ter permitido o aprimoramento metodológico com foco no produto dos mestrandos profissionais, o uso de ferramentas tecnológicas e colaborativas simultaneamente nas aulas, bem como nos momentos assíncronas.

Por fim, destacamos o grande feito que foi a reflexão metodológica e o aprimoramento dos temas de pesquisa por parte de cada discente. Eis que, o resultado das experiências de aulas remotas e da disciplina se materializa nesta coletânea dos Projetos de Pesquisa do PPGPI do biênio 2021 e 2022. A obra traz os requisitos necessários à sistematização e elaboração da pesquisa científica nos moldes dos projetos de mestrado profissional e da ciência contemporânea.

Convidamos a apreciar a obra, desde o seu prefácio até cada capítulo que constituem essa coletânea.

As organizadoras

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....7

EDUCAÇÃO E RAÇA, ETNIA E GÊNERO 11

COTAS RACIAIS NA UFRN: UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PARA O ACESSO E A PADRONIZAÇÃO DAS BANCAS DE HETEROIDENTIFICAÇÃO.....12

Renan Gonçalves Pereira

Sebastião Faustino Pereira Filho

EDUCAÇÃO E GESTÃO

MATRIZ ORÇAMENTÁRIA: ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR20

Marcelo Rique Carício

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E PRODUÇÃO ACADÊMICA: UMA ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DO MESTRADO PROFISSIONAL PARA A GESTÃO UNIVERSITÁRIA27

Cynara Carvalho de Abreu

TRATAMENTO FAVORECIDO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM PREGÕES ELETRÔNICOS REALIZADOS POR UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO: FATORES DE INSUCESSO32

Paulo José Pereira

Marcelo Rique Carício

NOVAS REGRAS DE AFASTAMENTO PARA AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA38

Prof. Dr. Yanko Marcius de Alencar Xavier

O TELETRABALHO E O PAPEL DO GESTOR PÚBLICO: IMPLICAÇÕES ÉTICAS, DESAFIOS E PERCEPÇÕES.....44

Juliano Barros de Andrade

Leonardo Oliveira Freire

MODELO DE ANÁLISE DA CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE EMPRESAS LICITANTES COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....51

Ermínio José Araújo de Carvalho

Victor Branco de Holanda

MAPEAMENTO DE PROCESSOS EM UMA SECRETARIA ADMINISTRATIVA DE UM DEPARTAMENTO ACADÊMICO DA UFRN.....	57
André Morais Gurgel	

EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

GOVERNANÇA DIGITAL E AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE: ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DO PROCESSO ELETRÔNICO NA UFRN.....	65
Patrícia Borba Vilar Guimarães Adriana Carla Silva de Oliveira	

GESTÃO DE PROCESSOS: UMA PROPOSTA SUSTENTÁVEL PARA O PROCESSO DE DESFAZIMENTO DE BENS EM UMA IFES.....	72
Felipe Oliveira Lócio Carlos David Cequeira Feitor	

EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL: UMA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO DE BASE DE DADOS EM UMA IES BRASILEIRA.....	78
Girliane Fernandes Ferreira da Silva Yanko Marcius de Alencar Xavier	

GESTÃO E TECNOLOGIA

DESENVOLVIMENTO DE UM MODELO DE TUTORIAL PARA UMA PLATAFORMA COMPUTACIONAL EM SERVIÇOS DE SAÚDE.....	85
Juliana Marinho de Oliveira Dantas Adriano Charles da Silva Cruz	

DESENVOLVIMENTO DE RECURSO TECNOLÓGICO PARA A GESTÃO DO CUIDADO AO PACIENTE INFANTO-JUVENIL PORTADOR DE DOENÇA RENAL CRÔNICA.....	92
Sheilla Cristina Maia Teixeira Denise Pereira Rego	

PREFÁCIO

CONSTRUINDO UMA HISTÓRIA CIENTÍFICA

O prefácio intitulado **Construindo uma história científica** se relaciona ao percurso de um pesquisador que envolve a ideia, o tema, o problema, o objetivo, a metodologia, a coleta e a análise dos dados chegando até ao momento final/conclusão ou ao (re)começo da pesquisa. Momento final/conclusão, porque o objetivo do estudo foi concretizado. E (re)começo porque, a partir dos achados da investigação, ele continuará por meio de novos problemas e objetivos traçados pelo mesmo pesquisador ou por outro(s). Então, como pesquisadora e contadora de histórias científicas, farei, desta parada, um momento de reflexão.

Reflexão sobre a pandemia da COVID-19 que trouxe o desafio de compartilhar o conhecimento em um ritmo igual ou superior ao alcançado antes da crise sanitária. Um contexto de crise em que a comunidade científica, que sempre prezou pela divulgação das suas descobertas, formando uma rede de colaboração por meio da “atuação coletiva de grupos, organizações e movimentos que defendem interesses comuns e partilham conhecimentos, informações e experiências orientados para determinados fins”, se sentiu desafiada (MARTELETO1, 2010, p. 31).

Os desafios da ciência e as lições para as universidades diante da crise sanitária do vírus SARSCoV-2 retornaram aos princípios da validação político-social. A ciência começou a ser questionada por toda a sociedade. Como consequência, os achados científicos que ficavam retidos em laboratórios e publicações especializadas lidas por uma restrita parcela letrada da sociedade, os pesquisadores de cada área do conhecimento, foram trazidos para o nosso cotidiano. Dessa forma, houve a ampliação da banca julgadora (sociedade) do processo de pesquisa científica desde seu início até a execução e divulgação dos seus achados.

A universidade depende do conhecimento científico registrado e publicado, pois eles alicerçam novas descobertas e atendem às necessidades da sociedade. Assim, a universidade e sua tríade (ensino, pesquisa e extensão) estão atreladas a outra tríade: sociedade, compartilhamento e ciência.

Podemos então assinalar que a ciência e a universidade têm o objetivo comum de compartilhar e colaborar para o desenvolvimento da sociedade e de

trabalhar para ela por meio de uma ciência compartilhada, como a ciência aberta que “faz referência a um modelo metodológico alinhado à filosofia da cultura digital, da colaboração e do compartilhamento das práticas e dos conteúdos científicos” (FIOCRUZ¹, [2015]). A ciência aberta envolve uma abordagem com múltiplos aspectos: publicações, laboratórios, sociedade, ciência cidadã, recursos educacionais, dados de pesquisa, redes sociais, *softwares* em código aberto e direitos de (re)uso, entre outros que impactam a vida econômica, social e cultural por meio de novos fazeres.

As tríades que movimentam a universidade perpassam pela ciência cidadã, que une pessoas e interesses para o bem comum por meio de “iniciativas orientadas para maior participação, intervenção e empoderamento de cidadãos não só nas formas de produção e uso, mas nos próprios rumos da pesquisa” (ALBAGLI², 2015, p. 15).

Ao receber o convite para prefaciar o livro “Abordagem Metodológica com foco no Produto de Mestrados Profissionais: Projetos de Pesquisa”, organizado pelas pesquisadoras doutoras Ana Luíza Félix Severo, Adriana Carla Silva de Oliveira e Patrícia Borba Vilar Guimarães, deparei-me com um imenso sentimento de alegria e reflexão. Alegria em perceber que, apesar das adversidades, a vida em sua simplicidade nos proporciona um renascer diário. E reflexão sobre toda a incerteza da vida e a aceleração do uso de tecnologias de comunicação e informação para o compartilhamento de informações e dados que a pandemia da COVID-19 trouxe.

A reflexão e o sentimento de alegria me fizeram enxergar a imensa oportunidade dos autores desta obra, ora discentes do Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais (MPGPI) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), de registrarem e compartilharem seus primeiros passos na **construção das suas histórias científicas**, descobrindo e solucionando problemas que permeiam a vida cotidiana de todos nós.

Construir a própria história científica é arriscar-se em sentimentos, nas relações de autoconhecimento e na aprendizagem de leis normativas da ciência, que nos amadurecem a cada escolha feita, permitindo um aprendizado diário, entre erros e acertos, até que nossas descobertas sejam validadas pela sociedade.

¹ FIOCRUZ. Glossário da ciência aberta: ciência aberta. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, [2015]. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/glossario-da-ciencia-aberta>. Acesso em: 30 mar. 2021.

² ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia; ABDO, Alexandre Hannud (org.). Ciência aberta, questões abertas. Brasília: IBICT, 2015. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/1060>. Acesso em: 29 jun. 2021.

Esta obra é uma história científica de construção coletiva dos discentes e docentes do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Processos Institucionais (PPGPI) da UFRN, escrita em linhas e entrelinhas de histórias entrelaçadas nos capítulos:

- a) **Cotas raciais na UFRN:** uma proposta de educação para o acesso e a padronização das bancas de heteroidentificação; b) **Matriz orçamentária:** estudo de caso em uma Instituição de Ensino Superior;
- c) **Desenvolvimento institucional e produção acadêmica:** uma análise das contribuições do mestrado profissional para a gestão universitária;
- d) **Tratamento favorecido às micro e pequenas empresas em pregões eletrônicos realizados por uma Instituição Federal de Ensino:** fatores de insucesso; e) **Novas regras de afastamento para ações de desenvolvimento dos servidores públicos federais:** uma análise comparativa;
- f) **O teletrabalho e o papel do gestor público:** implicações éticas, desafios e percepções;
- g) **Modelo de análise da capacidade econômico-financeira de empresas licitantes com a administração pública;**
- h) **Mapeamento de processos em uma secretaria administrativa de um departamento acadêmico da UFRN;**
- i) **Governança digital e as dimensões da sustentabilidade:** análise da eficiência do processo eletrônico na UFRN; j) **Gestão de processos:** uma proposta sustentável para o processo de desfazimento de bens em uma IFES; k) **Mobilidade acadêmica internacional:** uma proposta de desenvolvimento de base de dados em uma IES brasileira;
- l) **Desenvolvimento de um modelo de tutorial para uma plataforma computacional em serviços de saúde;** e
- m) **Desenvolvimento de recurso tecnológico para a gestão do cuidado ao paciente infantojuvenil portador de doença renal crônica.**

O entrelace dos capítulos é feito pelo pano de fundo das universidades e da realidade da sociedade brasileira como observado nos capítulos deste livro que mencionam sempre um fazer técnico-administrativo e teórico dentro das Instituições de Ensino Superior. Essa descrição é ocasionada pelo caráter profissionalizante do mestrado e pela tríade: sociedade, compartilhamento e ciência, pois todos os capítulos se relacionam com aspectos sociais, econômicos, técnicos e tecnológicos, de gestão administrativa e de processos que alicerçam a tríade da universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Eu convido você a se deleitar na leitura e se entrelaçar nas histórias científicas construídas coletivamente que ultrapassam os muros da universidade pública. E o **momento final/conclusão?** Se ele existe, é o momento em que o processo se retroalimenta, sendo simultaneamente fim e novo começo. Assim, o início da história, **“Era uma vez”**, se (res)significa de um sonho sonhado para um sonho concretizado por meio do fazer científico.

Espero que todos os leitores se deleitem neste livro com motivação e o tomem como incentivo para atualização e crescimento profissional e pessoal de relações e conhecimentos científicos de pessoas e universidades.

Suênia Oliveira Mendes

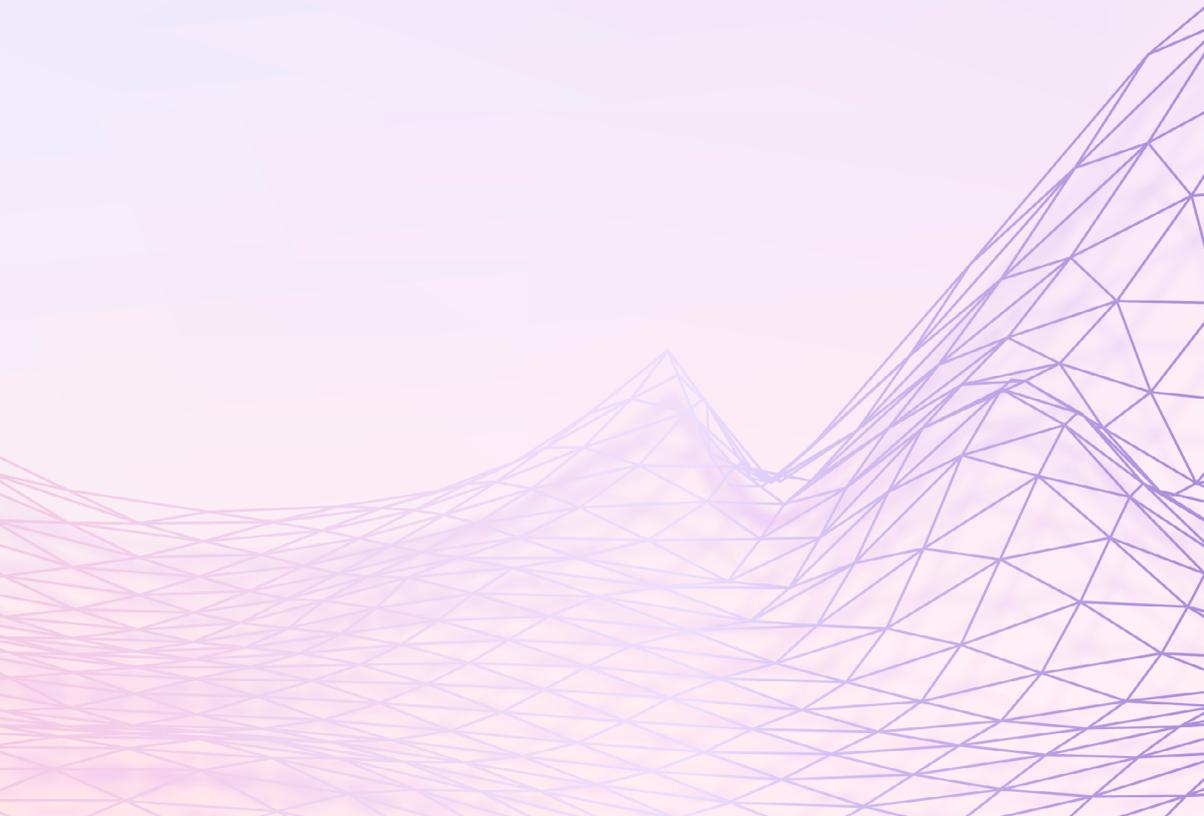
Dra. em Ciência da Informação pela UFSC

Bibliotecária da Universidade Federal do Maranhão

Consultora e professora de pesquisa científica

Pesquisadora da área temática de: acesso aberto, comunicação científica, produção científica, periódico científico, ciência aberta, pesquisa científica. **suenia.mendes@ufma.br**

**EDUCAÇÃO E RAÇA,
ETNIA E GÊNERO**



COTAS RACIAIS NA UFRN: UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PARA O ACESSO E A PADRONIZAÇÃO DAS BANCAS DE HETEROIDENTIFICAÇÃO

Renan Gonçalves Pereira³

Sebastião Faustino Pereira Filho⁴

1. INTRODUÇÃO

1.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O TEMA

Devido à qualidade e à gratuidade do ensino, as vagas nas instituições públicas de ensino superior (IES) sempre foram muito concorridas. Historicamente, a maioria das vagas das IES são ocupadas por estudantes oriundos de colégios particulares e de uma melhor condição social. Com o objetivo de tentar corrigir o que é considerado como “injustiça histórica”, o Governo Federal publicou, em 29 de agosto de 2012, a Lei nº 12.711 (Lei de Cotas).

A Lei de Cotas garante a reserva de 50% das vagas oferecidas pelas universidades e institutos federais para alunos provindos integralmente do ensino médio público. A reserva de vagas é regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012 (alterado pelo Decreto nº 9.034/2017), que determina que

50% dessas vagas sejam destinadas aos alunos de baixa renda (renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo *per capita*), é igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade federativa onde está instalada a instituição. Atualmente, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), para o ingresso por meio da ação afirmativa referente ao critério étnico-racial, é necessário que o candidato auto-declarado negro entregue uma autodeclaração e submeta-se ao procedimento de heteroidentificação, regulamentado pela Resolução nº 047/2020, do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), de 08 de setembro de 2020.

Diante disso, abordaremos neste estudo os mecanismos de controle de ingresso no ensino superior por meio de cotas raciais, na UFRN, objetivando disponibilizar para a sociedade um material educativo para acesso às cotas raciais e, ao mesmo tempo, propor à instituição a padronização das Bancas de Heteroidentificação.

³ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: renan.pereira@ufrn.br

⁴ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: faustino1507@gmail.com

1.2 JUSTIFICATIVA

As cotas raciais são ações afirmativas aplicadas em alguns países, assim como no Brasil, com o intuito de diminuir as disparidades econômicas, sociais e educacionais entre pessoas de diferentes etnias raciais. No cenário atual, todas as IES destinam vagas para o sistema de cotas em seus processos seletivos. A maioria adotou tal sistema inicialmente como uma medida provisória, porém, com poucos investimentos do governo no sistema público de ensino básico, e sem previsão para uma efetiva melhora na qualidade, esse procedimento está cada vez mais consolidado.

Na UFRN, a implantação das ações afirmativas aconteceu de forma gradual, conforme permitido pela Lei de Cotas e, desde a sua implantação, a universidade vem encontrando algumas dificuldades no tocante à reserva de vaga de critério étnico-racial, principalmente a partir de 2018, quando denúncias começaram a surgir, pois a instituição exigia como comprovação para pretos e pardos apenas a autodeclaração do candidato, o que gerou muitos questionamentos tanto dos próprios candidatos, quanto de movimentos sociais.

1.3 PROBLEMÁTICA E QUESTÃO-PROBLEMA

O aumento da quantidade de denúncias de alunos que supostamente tinham fraudado o sistema de cotas no critério étnico-racial disparou em 2020, quando foi registrado o ingresso de 1.996 cotistas raciais autodeclarados pretos ou pardos na instituição e foram recebidas 55 denúncias.

Em 2021, com a implantação da Comissão de Verificação Étnico-Racial Para Negros, tivemos o primeiro cadastramento do processo seletivo Sistema de Seleção Unificada (SiSU), com verificação dos candidatos simultaneamente ao cadastro. Ao todo, foram verificados 2.967 candidatos, que receberam os seguintes pareceres: 2.748 favoráveis, 195 desfavoráveis e 24 inconclusivos (quando as condições do vídeo não permitiam a realização da análise). Esse novo formato trouxe mais segurança para o processo, porém gerou muitas dúvidas por parte dos candidatos e situações entre os membros da banca que merecem um aprofundamento para que o procedimento seja aprimorado.

Diante desse contexto, torna-se importante analisar o processo e levantar alguns questionamentos: na perspectiva dos estudantes do ensino médio público e futuros candidatos às vagas oferecidas por essa instituição, sabem realmente a que raça ou etnia pertencem? Sabem quais os critérios exigidos para pertencer à determinada raça e etnia? E do ponto de vista da UFRN, a instituição está preparada e regulamentada para realizar a heteroidentificação dos candidatos? O

procedimento de heteroidentificação ocorreu de forma padronizada em 2021? Os candidatos recebem orientação antes de se inscrever no processo seletivo?

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Analisar e refletir sobre o contexto da implementação da Lei de Cotas na UFRN, no tocante ao critério étnico-racial, visando elaborar um material educativo para atender à necessidade da sociedade quanto ao acesso ao direito às cotas raciais e consolidar, de forma padronizada, a implementação da banca de heteroidentificação na UFRN.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Realizar levantamento do conhecimento dos alunos cotistas de raça da UFRN sobre os critérios de admissibilidade e verificação da condição racial;
- Aprofundar o conhecimento institucional sobre as bancas de heteroidentificação;
- Construir material educativo para os estudantes interessados no acesso às cotas raciais;
- Elaborar os procedimentos para a implantação das bancas de heteroidentificação nos processos seletivos de graduação que utilizem a Lei de Cotas para a UFRN.

2. METODOLOGIA

Esse estudo será desenvolvido na UFRN, por meio de consulta bibliográfica, entrevista aos discentes, membros dos movimentos negros e docentes da instituição, coleta de dados de IES que possuem bancas de heteroidentificação em seus processos seletivos, pesquisa quantitativa e, principalmente, qualitativa, para identificar as necessidades e elaborar a proposta de material didático referente ao objeto estudado.

Fora dos limites da UFRN, será feito contato com outras IES, buscando conhecer atitudes facilitadoras e procedimentos de implantação e atuação das bancas de heteroidentificação, analisando os critérios legais de regulamentação e participação da sociedade no desenvolvimento de ideias.

Em seguida, com os dados obtidos, será feito um estudo estatístico, levando em consideração fatores como o nível de conhecimento sobre cotas raciais dos

alunos da UFRN, o quantitativo de denúncias recebidas antes e depois da implantação das bancas, o quantitativo de processos judiciais relacionados às cotas raciais, e outras informações significativas que poderão surgir durante a pesquisa.

Diante do aprendizado, poderemos aprimorar o ingresso de estudantes cotistas étnico-raciais de graduação na UFRN, garantindo aos candidatos inscritos nos processos seletivos a informação prévia necessária para que possam gozar desse direito, e a regulamentação do procedimento de heteroidentificação na UFRN em cumprimento à legislação vigente.

3. PRODUTO FINAL

O resultado desse trabalho será expresso na construção de dois produtos:

1) Elaboração de material educativo destinado, sobretudo, aos interessados em concorrer às vagas reservadas ao critério étnico-racial na UFRN; o contato com os estudantes será feito por meio de palestras presenciais (pós pandemia) e online, cartilha, vídeos educativos e material para redes sociais; serão incorporadas palestras e oficinas na Mostra de Profissões da UFRN e no projeto Trilhas Potiguares.

2) Elaboração de um manual para a padronização da atuação da banca de heteroidentificação, tornando o processo seletivo mais seguro e efetivo, mitigando fragilidades do processo e evitando futuras denúncias de candidatos que podem burlar a lei; o material terá formato impresso e digital.

4. REVISÃO DE LITERATURA

A discussão sobre a formação étnica do povo brasileiro é complexa, portanto, traremos o aporte teórico de alguns autores. De acordo com Florestan Fernandes, as estruturas raciais da sociedade brasileira só poderão ser ameaçadas e destruídas quando ‘a massa de homens de cor’, ou seja, todo elemento negro, puder usar o conflito institucionalmente em condições de igualdade com o branco e sem nenhuma discriminação de qualquer espécie, o que implicaria participação racial igualitária nas estruturas de poder da comunidade política nacional (p.72, 1979). Para Fernando Henrique Cardoso (2000, p. 200),

a sociedade local não proporcionou muitas oportunidades de ascensão social aos negros, que continuaram a desempenhar como antes, os serviços para os quais eles eram naturalmente aptos: o trabalho braçal econômica e socialmente desqualificado. Numa situação social como essa existem, obviamente, muitos estímulos para a preservação da antiga ideologia racial dos brancos.

Segundo Sell (2002, p. 15),

ação afirmativa consiste numa série de medidas destinadas a corrigir uma forma específica de desigualdade de oportunidades sociais: aquela que parece estar associada a determinadas características biológicas (como raça e sexo) ou sociológicas (como etnia e religião), que marcam a identidade de certos grupos na sociedade. Inspira-se no princípio de que a negação social de oportunidades a esses grupos é um mal que deve ser combatido, enfaticamente, com políticas específicas.

Após a conclusão das pesquisas e a criação dos produtos, esperamos levar a informação e fortalecer o conhecimento dos estudantes do ensino médio da rede pública de ensino sobre a utilização das cotas raciais. Dentro da UFRN, o intuito é o de padronizar a atuação dos membros das bancas, tendo em vista a diversidade das verificações e da quantidade de membros participantes da Comissão de Verificação Étnica e Racial.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Rafael. **Cotas nas Universidades Estaduais. Super Vestibular.** Disponível em: <https://vestibular.mundoeducacao.bol.uol.com.br/cotas/sistema-cotas-universidades-estaduais.htm>. Acesso em: 29 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm. Acesso em: 11 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.034, de 20 de abril de 2017.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9034.htm. Acesso em 11 de mar. de 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em 19 mar. de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Perguntas Frequentes.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>. Acesso em: 12 mar. de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.** Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/acoes-afirmativa>. Acesso em 19 mar. de 2020.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Portaria Normativa nº 4, de 6 de abril de 2018.** Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/biblioteca/igualdade-racial/portarianormativa-no-4-2018-regulamenta-o-procedimento-de-heteroidentificacao-complementar-a-autodeclaracao-dos-candidatos-negros-em-concursos-publicos/view>. Acesso em 19 mar. de 2020.

CAETANO, Érica. **História do sistema de cotas no Brasil. Super Vestibular.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>. Acesso em: 12 mar. de 2020.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas.** Florianópolis: Insular, 2000.

FLORESTAN, Fernandes. **Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”.** São Paulo, HUCITEC, 2 ed., p.72, 1979.

FRANCO, Giullya. **Lei de Cotas. Super Vestibular.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>. Acesso em: 12 mar. de 2020.

GIORDAN, Isabela. **Cotas raciais nas universidades: como saber se eu tenho direito a elas?. Quero Bolsa, 2018.** Disponível em: <https://querobolsa.com.br/revista/como-saber-se-eu-tenho-direito-cotasraciais>. Acesso em: 19 mar. de 2020.

MERELES, Carla. **Cotas raciais no Brasil: entenda o que são!. Politize!, 2016.** Disponível em: <https://www.politize.com.br/cotas-raciais-no-brasil-o-que-sao/>. Acesso em: 13 mar. de 2019.

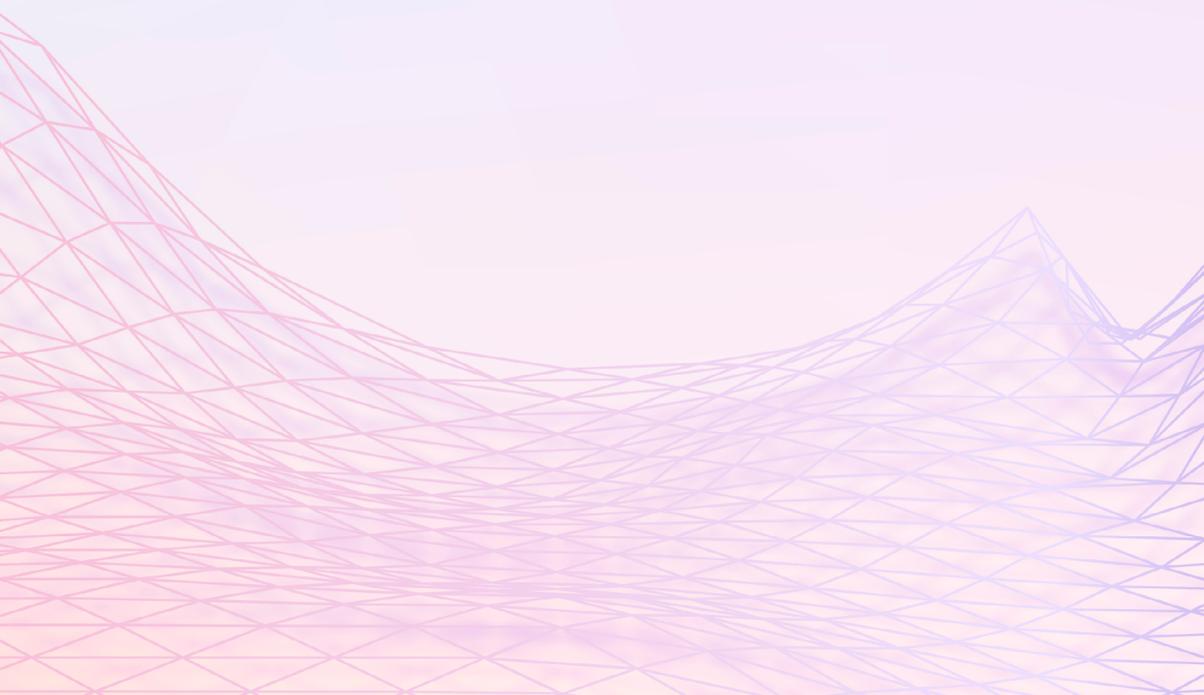
PORFÍRIO, Francisco. **Cotas raciais. Brasil Escola.** Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/educacao/sistema-cotas-racial.htm>. Acesso em: 11 de mar. de 2020.

RIO DE JANEIRO. **Lei nº 3.524, de 28 de dezembro de 2000.** Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/92c5d19ef1cac546032569c40069afa7?OpenDocument>. Acesso em: 11 de mar. de 2020.

SELL, Sandro Cesar. **Ação Afirmativa e Democracia Racial:** Uma introdução ao debate no Brasil. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Conselho de Pesquisa Ensino e Extensão. **Resolução nº 047/2020, de 08 de setembro de 2020.** Estabelece o procedimento de heteroidentificação nos processos seletivos para cursos técnicos de nível médio, cursos de graduação e cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu e institui a Comissão de Verificação Étnica e Racial e suas Bancas de Heteroidentificação. Boletim de Serviço – UFRN, nº 176/2020, fls. 19, 10 set. 2020.

EDUCAÇÃO E GESTÃO



MATRIZ ORÇAMENTÁRIA: ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Ciro Magnus Bezerra e Silva⁵

Marcelo Rique Caricio⁶

1. INTRODUÇÃO

1.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O TEMA

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) instituiu, por meio da Resolução n.º 060/2014, do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (CONSAD), o seu modelo para a distribuição dos recursos orçamentários de custeio (UFRN, 2014), baseado no método matricial de elaboração do orçamento convencionalmente chamado de matriz orçamentária.

A partir da vigência da matriz, unidades acadêmicas sediadas no interior sofreram variadas reduções em seus recursos de custeio, sendo representativo o caso da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FACISA) que, em 2018, observou uma perda de 33% no seu orçamento, situação que suscitou várias reuniões do Conselho da FACISA naquele exercício e culminou, entre outras coisas, na expedição de uma nota direcionada às instâncias administrativas superiores sobre os cortes de recursos. Isso resultou no comprometimento das atividades acadêmicas e administrativas, tornando inviável o seu funcionamento (FACISA, 2018).

Diante do cenário exposto, resta a seguinte questão de pesquisa: seria a matriz orçamentária capaz de fazer frente às necessidades de custeio das unidades acadêmicas sediadas no interior?

1.2 JUSTIFICATIVA

A Administração Pública Brasileira tem empreendido esforços na tentativa de aprimorar cada vez mais sua atuação. Seguindo a tendência da busca por uma alocação mais adequada dos recursos públicos, encontra-se a UFRN, que passou a adotar, a partir de 2014, um modelo de distribuição orçamentária pautado no método matricial, instituído por meio da resolução n.º 60/2014, CONSAD⁷, de

⁵ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: ciromagnum@gmail.com

⁶ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: marceloriquebr@gmail.com

⁷ CONSAD: Conselho Superior de Administração da UFRN

29 de dezembro de 2014. A partir de então, coube à Comissão de Avaliação do Modelo exercer três competências, entre as quais se destaca discutir e submeter à aprovação do CONSAD propostas de alterações ao modelo, visando a aprimorá-lo (UFRN, 2014).

Movida por aquele ânimo, a Comissão de Avaliação do Modelo emitiu seu primeiro relatório em dezembro de 2018, contendo uma análise minuciosa sobre a aplicação do modelo matricial na UFRN, nos exercícios de 2016 a 2018, bem como recomendando, entre outras coisas, “Discutir e adotar outras alternativas que sejam orçamentariamente sustentáveis para as atividades desenvolvidas pelo ICe e pelas unidades acadêmicas sediadas no interior”(UFRN, 2018, p. 16).

1.3 PROBLEMÁTICA E QUESTÃO-PROBLEMA

Ancorado nas recomendações produzidas pela Comissão de Avaliação do Modelo e atento ao difícil panorama fiscal enfrentando no contexto do setor público brasileiro, com repercussão sobre o orçamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), este trabalho pretende avançar na discussão do modelo matricial vigente na UFRN, contribuindo para o aprofundamento de questões relacionadas ao financiamento das unidades acadêmicas sediadas no interior (CERES⁸, FACISA e EMCM⁹).

Nessa perspectiva, surge a seguinte questão de pesquisa: seria a matriz orçamentária capaz de fazer frente às necessidades de custeio das unidades acadêmicas sediadas no interior?

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Avaliar a matriz orçamentária da UFRN, propondo alternativas para o custeio das atividades desenvolvidas pelas unidades acadêmicas sediadas no interior (CERES, FACISA e EMCM).

1.4.2 Objetivos Específicos

- Traçar o perfil orçamentário dos *campi* do interior por meio do mapeamento das suas receitas e despesas, no período de vigência da matriz orçamentária;

⁸ CERES: Centro de Ensino Superior do Seridó da UFRN

⁹ EMCM: Escola Multicampi de Ciências Médicas do Rio Grande do Norte da UFRN

- Mapear a discrepância entre o orçamento distribuído e o orçamento executado por *campus* do interior, no período de vigência da matriz orçamentária;
- Propor ajustes à matriz orçamentária em seu coeficiente “Bônus Fora de Sede” (BFS).

2. METODOLOGIA

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Trata-se de um estudo de natureza descritivo-exploratória, uma vez que serão realizadas observações, classificações e descrições de fenômenos relacionados ao custeio das unidades acadêmicas sediadas no interior. A pesquisa proposta insere-se na linha de pesquisa “Política e Gestão Institucional”, dentro da temática “Custos para o Setor Público”.

Quanto ao método de pesquisa, optou-se pelo estudo de caso, que é um método comum na administração. Ele permite que os investigadores retenham as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – como os processos organizacionais e administrativos, o desempenho escolar, as relações internacionais e a maturação das indústrias (YIN, 2010).

2.2 COLETA DE DADOS

Após anuência institucional, a coleta de dados será realizada separadamente para cada uma das unidades acadêmicas sediadas no interior, por meio do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC), módulo: Orçamento, aba: Relatórios, consulta: Extrato Orçamentário por Unidade. Dos relatórios emitidos, serão extraídos os valores nominais em reais das movimentações orçamentárias para cada exercício financeiro no período de vigência da matriz orçamentária (2015 a 2019).

Também serão obtidas, mediante solicitação à Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), as planilhas anualizadas de aplicação da matriz no período de 2015 a 2019, das quais serão extraídos os montantes distribuídos em cada exercício financeiro para as unidades acadêmicas estudadas.

2.3 ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados será conduzida obedecendo a abordagem quantitativa com o emprego de estatística descritiva. Para tanto, os dados obtidos via SIPAC

serão analisados com a ajuda do programa IBM SPSS Statistics®, versão 14.0, para Windows®, sendo as unidades de observação e análise correspondentes ao Centro e às Unidades Acadêmicas Especializadas definidas no escopo deste trabalho, separadas por ano, no período de 2015 a 2019.

As variáveis do estudo serão: natureza da despesa, operação, orçamento executado, orçamento distribuído, e impacto BFS, caracterizadas conforme Tabela 1, a seguir:

Tabela 1 - variáveis de estudo

Nome	Definição	Tipo	Categoria
Dependente			
Orçamento distribuído	Valor nominal do orçamento distribuído, de acordo com a matriz orçamentária, por exercício financeiro no centro ou unidade acadêmica	Quantitativa contínua	
Impacto BFS	Valor percentual do coeficiente BFS usado no cálculo do aluno equivalente da graduação	Quantitativa contínua	
Independente			
Orçamento executado	Valor nominal do orçamento executado por exercício financeiro no centro ou unidade acadêmica	Quantitativa contínua	
Natureza da despesa	Classificação orçamentária da UFRN empregada no SIPAC	Categórica nominal	As categorias corresponderão às obtidas no relatório extraído via SIPAC
Operação	Tipo da movimentação orçamentária realizada	Categórica nominal	As categorias corresponderão às obtidas no relatório extraído via SIPAC

Fonte: Dados de pesquisa

Serão analisadas as naturezas das despesas do centro e das unidades acadêmicas elencadas, por período de tempo, para a identificação dos respectivos perfis orçamentários (primeiro objetivo específico). Os dados de natureza de despesa e operação serão submetidos à análise percentilar, considerando os quartis 1 e 3 para identificar quais são as despesas com maior e menor impacto orçamentário por centro e unidades acadêmicas. A fim de responder ao segundo objetivo específico, será realizada a análise do orçamento no centro e unidades acadêmicas por período de tempo, focando nas possíveis diferenças entre o orçamento executado e o orçamento distribuído. Por fim, será realizada uma

estimativa de recursos distribuídos a partir do impacto da variação do BFS. Para isso, serão testados diferentes valores de BFS e calculado o impacto dessa variação no orçamento distribuído, sendo possível analisar se com o BFS determinado o centro e as unidades acadêmicas equalizam o orçamento dos exercícios estudados (terceiro objetivo específico).

3. PRODUTO FINAL

Como produto da pesquisa, pretende-se realizar um estudo de caso focado na discussão da matriz orçamentária da UFRN frente às necessidades de custeio das unidades acadêmicas sediadas no interior, resultando na entrega de relatório analítico do estudo de caso.

4. REVISÃO DE LITERATURA

4.1 ORÇAMENTO MATRICIAL NA UFRN

A partir da publicação da Portaria n.º 256/2013-R, deu-se início ao esforço institucional da UFRN em viabilizar um modelo de distribuição orçamentária pautado em parâmetros objetivos, o que ocorreria, finalmente, na terceira reunião extraordinária do CONSAD, em 29 de dezembro de 2014, com a aprovação do modelo de matriz orçamentária.

Aprovada depois de quase dois anos de discussões, a Resolução n.º 060/2014 CONSAD enfim instituiu o modelo para a distribuição dos recursos orçamentários de custeio entre os Centros Acadêmicos e as Unidades Acadêmicas Especializadas da UFRN. O novo modelo, também chamado de matriz orçamentária, foi estruturado com base no Decreto n.º 7.233, que estabelece os parâmetros norteadores a serem utilizados na distribuição dos recursos de custeio do MEC para as IFES de todo o país

A matriz orçamentária da UFRN ainda levou em conta as experiências desenvolvidas em outras instituições e na própria UFRN como forma de subsidiar suas discussões (UFRN, 2014). Desse modo, a matriz aprovada assenta-se sobre 7 (sete) indicadores, sendo eles: Indicador 1 - Número de alunos atendidos, com peso 0,45; Indicador 2 - Área construída, com peso 0,20; Indicador 3 - Carga horária de departamentos ou unidades acadêmicas especializadas, com peso 0,05; Indicador 4 - Atividades de extensão, com peso 0,05; Indicador 5 - Atividades de pós-graduação, com peso 0,10; Indicador 6 - Atividades de graduação, com peso 0,10, e; Indicador 7 - Atividades de pesquisa, com peso 0,05.

Os indicadores 1 e 4 têm fórmulas específicas para sua determinação. No caso do indicador 1, existem ainda fórmulas distintas para cada tipo de aluno: graduação, mestrado, doutorado e residência. Sob essa ótica e, observados isoladamente os componentes de cada indicador, percebe-se que a única parcela que diferencia unidades do interior em relação às sediadas no Campus Central, na capital do estado, é o coeficiente Bônus Fora de Sede (BFS), o qual está presente apenas na fórmula de cálculo do aluno de graduação no indicador 1.

Como todos os indicadores têm natureza e valores não compatíveis, antes do estabelecimento dos índices, devem ser normalizados (UFRN, 2014).

REFERÊNCIAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Conselho Superior de Administração. **Resolução n.º 060/2014-CONSAD, de 29 de dezembro de 2014**. Institui modelo para distribuição dos recursos orçamentários de custeio entre os Centros Acadêmicos e as Unidades Acadêmicas Especializadas da UFRN. Natal, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Comissão de Avaliação do Modelo. **Relatório da Comissão de Avaliação do Modelo**. Natal, 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e método**. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E PRODUÇÃO ACADÊMICA: UMA ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DO MESTRADO PROFISSIONAL PARA A GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Daniel Bruno de Melo Oliveira¹⁰

Cynara Carvalho de Abreu¹¹

1. INTRODUÇÃO

A ampliação dos mestrados profissionais, nos últimos anos, vem efervescendo as discussões em torno tanto da finalidade quanto da própria identidade dessa modalidade de curso. A Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) promoveu, em 2005, um seminário intitulado “Para além da academia: a pós-graduação contribuindo para a sociedade”, no qual trazia à tona o debate sobre o mestrado profissional, reafirmando que é fundamental pensar sobre as relações entre a academia e o mundo do trabalho, sob o risco de que os conhecimentos produzidos fiquem restritos ao contexto acadêmico no qual foi gerado (BARROS, E. C. DE; VALENTIM, M. C.; MELO, 2005).

Dessa forma, compreender a influência do mestrado profissional no direcionamento de pesquisas para refletir e solucionar problemas da própria instituição é uma oportunidade de trazer elementos para fomentar o desenvolvimento de práticas inovadoras de gestão, dentro e fora da academia, especialmente diante do cenário contemporâneo de mudanças e novos desafios para a própria comunidade acadêmica, para a administração pública e, sobretudo, para toda a sociedade.

1.2 JUSTIFICATIVA

No Brasil contemporâneo, diante das recentes transformações sociais observadas, nas quais o Estado adquire novas configurações, sobretudo em tempos neoliberais, o debate acerca da busca pela excelência na educação superior oportuniza discussões sobre a maneira como a sociedade analisa a necessidade de

¹⁰ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: daniel.melo@ufrn.br

¹¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: cynara.abreu@ufrn.br

avaliar os resultados e a qualidade da produção de conhecimento nas instituições públicas de ensino.

Neste sentido, levando em consideração o papel central desempenhado pela prática da pesquisa e pela produção de conhecimento como função inerente à universidade, este trabalho pretende responder, entre outras, às seguintes perguntas: os produtos técnicos e conhecimentos desenvolvidos no curso trazem, efetivamente, contribuições práticas para a universidade, materializando melhores condições de trabalho e gestão para os sujeitos abrangidos pela investigação desses mestres e mestrandos? Quais os impactos para a sociedade? A participação no Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais (MPGPI) vem tornando os servidores profissionais mais bem capacitados e afetando positivamente as práticas em seus contextos de trabalho? Como a universidade tem aplicado o conhecimento produzido pelo programa? Quais as facilidades ou dificuldades encontradas para a implementação dos produtos apresentados pelos discentes?

A busca pela excelência no ensino superior requer compreender os processos institucionais que configuram o modelo de gestão concebido pela instituição, visando ao alinhamento das estratégias e políticas organizacionais com a produção acadêmico-administrativa de seus profissionais na pós-graduação e com os anseios da sociedade.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar os impactos, as contribuições e a aplicabilidade dos produtos e conhecimentos produzidos pelas dissertações de mestrado profissional de um programa de pós-graduação em uma instituição federal de ensino superior.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Investigar as contribuições do mestrado profissional para os objetivos estratégicos das instituições de ensino;
- Caracterizar os trabalhos de conclusão de curso produzidos no Programa de Pós-graduação em Gestão de Processos Institucionais (PPgGPI);
- Analisar a relação da produção acadêmica com eixos temáticos do Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);
- Analisar, a partir das novas exigências de avaliação da pós-graduação, determinadas pela CAPES para o quadriênio 2017-2020, a relação entre planejamento estratégico e produção intelectual no mestrado profissional.

2. METODOLOGIA

Como percurso de desvelamento dos referidos objetivos da pesquisa, pretende-se realizar uma abordagem qualitativa e interpretativa, descritiva, e de caráter exploratório e documental. Após a contextualização histórica da administração pública brasileira e do processo de desenvolvimento da educação no Brasil, tenta-se fazer uma aprofundada revisão documental dos instrumentos legais (leis, portarias, decretos, resoluções, etc.) que regulam tanto a pós-graduação em si, como também os mestrados profissionais.

Sobre a coleta de dados, pretende-se realizar a análise das contribuições dos mestrados profissionais à gestão universitária a partir dos trabalhos de conclusão dos egressos do MPGPI de 2017 a 2020, por meio dos resumos disponíveis na página pública do PPGPI/UFRN, na medida em que são os resumos dos trabalhos o conteúdo utilizado pelas coordenações dos cursos no o preenchimento da Plataforma Sucupira para a avaliação periódica da CAPES. Para maior aprofundamento da análise do alinhamento entre a produção acadêmica e os eixos temáticos do PDI da UFRN, também poderá ser feita a seleção de dissertações de mestrado profissional disponibilizadas no repositório da universidade, no qual são publicadas e armazenadas as produções acadêmicas.

3. PRODUTO FINAL

O principal objetivo desta pesquisa é oferecer um diagnóstico que possa trazer elementos para subsidiar a análise do alinhamento da produção acadêmica do MPGPI com os eixos temáticos do PDI da UFRN, quais sejam: ensino, extensão, assistência e gestão. Para isso, será colocado em análise, especificamente, o Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 da Universidade Federal do Rio Grande do Norte para verificar, considerando as novas exigências de avaliação determinadas pela CAPES para o quadriênio 2017-2020, a relação entre planejamento estratégico e produção intelectual no mestrado profissional.

4. REVISÃO DE LITERATURA

A pós-graduação foi criada no Brasil em meados da década de 1930, dentro de um contexto em que se buscava superar, com certa autonomia, a dependência dos países ditos periféricos em relação aos países centrais no que dizia respeito ao eixo de produção de conhecimento científico (MOREIRA; VELHO, 2008). Já os primeiros cursos de mestrado profissional datam de meados da década de 1990, regulamentados pela Portaria CAPES nº 80, de 1998, e representam até hoje o

reconhecimento da necessidade de criar alternativas em relação à formação única de pesquisadores, isto é, o reconhecimento da necessidade de um formato que oriente a pesquisa para a sua aplicação prática e concreta no mundo profissional (FISCHER, 2005).

Ainda de acordo com a CAPES, no referido seminário “Para Além da Academia”, o principal objetivo dos mestrados profissionais é atender às demandas sociais sem menosprezar o viés científico da formação profissional, focando em temas de interesse público, por meio da difusão, da produção e da aplicação do conhecimento, do método e redação científicos na solução de problemas específicos do mundo do labor e do sistema produtivo de bens e serviços, tanto no setor público quanto no privado, em uma perspectiva de pesquisa aplicada, direcionada à inovação de tecnologias, produtos e processos das organizações (MAMEDE, 2015).

Dessa forma, ao abrir possibilidades para o exercício da pesquisa pelos servidores públicos, vinculados ou não à instituição de ensino, favorecendo o desenvolvimento dessa postura investigadora, o mestrado profissional pode se tornar espaço privilegiado para garantir o desenvolvimento de profissionais mais bem capacitados para contribuir com o enfrentamento dos desafios contemporâneos de nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

BARROS, E. C. DE; VALENTIM, M. C.; MELO, M. A. A. O debate sobre o mestrado profissional na Capes: trajetória e definições. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 2, n. 4, 11. p.124-138, 2005. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/84>. Acesso em: 03 jul. 2021

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 080, de 16 de dezembro de 1998**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 jan. 1999. Seção 1, p. 14. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/88>. Acesso em: 07 jun. 2021.

_____. **Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009**. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior - CAPES. 2009. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-Normativa-17-200912-29.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2021.

FISCHER, T. Mestrado profissional como prática acadêmica. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 2, n. 4, p. 24-29, 2005. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/issue/view/3> Acesso em: 25 jun. 2021.

MAMEDE, W. O mestrado profissional brasileiro e o Mestrado em Saúde Pública Europeia: objetivos semelhantes por caminhos diferentes. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 12, n. 27, p. 147-169, 2015. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/issue/view/33> Acesso em: 25 jun. 2021.

MOREIRA, M. L.; VELHO, L. Pós-Graduação no Brasil: da concepção “ofertista linear” para “novos modos de produção do conhecimento” implicações para avaliação. **Revista Avaliação**. Campinas, v. 13, n. 3, p. 625-645, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/7PFtPrKPwjLwycCxHcMgyM/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 22 jun. 2021.

TRATAMENTO FAVORECIDO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM PREGÕES ELETRÔNICOS REALIZADOS POR UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO: FATORES DE INSUCESSO

Paulo José Pereira¹²

Marcelo Rique Carício¹³

1. INTRODUÇÃO

1.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O TEMA

É inegável a importância do papel das Micro e Pequenas Empresas (MPE) para a economia, para a geração de empregos e para a manutenção do pagamento da massa salarial do país. Nesse sentido, os legisladores têm proporcionado ao Estado brasileiro salvaguardar tal segmento de empresas que não têm competitividade em igualdade de condições com as médias e grandes empresas.

Os benefícios e o tratamento diferenciado, aplicados às MPE, são aplicados aos pregões eletrônicos realizados pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), mas essas oportunidades estão sendo desperdiçadas por muitas dessas empresas.

1.2 JUSTIFICATIVA

É inegável a importância do papel das MPE para a economia, para a geração de empregos e para a manutenção do pagamento da massa salarial do país. Nesse sentido, os legisladores têm proporcionado ao Estado brasileiro salvaguardar tal segmento de empresas que não têm competitividade em igualdade de condições com as médias e grandes empresas.

O Estatuto e o Plano de Desenvolvimento Institucional 2020 – 2029 da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em consonância com o estabelecido no Art. 47, da LC 123/2006, definiram como princípio e objetivo a ser alcançado a promoção do desenvolvimento socioeconômico no âmbito municipal, regional e nacional.

¹² Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: paulo.jose.pereira@ufrn.br

¹³ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: marceloriquebr@gmail.com

1.3 PROBLEMÁTICA E QUESTÃO-PROBLEMA

O Estado brasileiro é responsável pela implementação de políticas públicas regidas por princípios constitucionais e definidas por Lei, elaboradas pelos representantes do povo, sendo de competência dos órgãos públicos a sua plena execução, o monitoramento e a fiscalização.

Micro e pequenas empresas, beneficiárias de tratamento favorecido e diferenciado por força da legislação, são constantemente desclassificadas quando da participação em pregões eletrônicos realizados pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, perdendo, com isso, o acesso aos mercados das aquisições públicas e as oportunidades de capitalização.

Logo, a questão que emerge é: quais foram os motivos que levaram essas empresas a serem desclassificadas em pregões eletrônicos ocorridos na UFRN, nos exercícios de 2019 a 2021, e quais os meios efetivos para mitigar ocorrências futuras?

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Analisar fatores de insucesso na participação das Micro e Pequenas Empresas (MPE) na utilização dos benefícios e do tratamento diferenciado nos pregões eletrônicos da UFRN, encerrados no período de 2019 a 2021, propondo ações efetivas para mitigar tais ocorrências.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Conhecer a legislação que traz às licitações o favorecimento e os benefícios às micro e pequenas empresas;
- Identificar os principais fatores que têm eliminado as micro e pequenas empresas dos pregões eletrônicos;
- Discutir com os pregoeiros acerca dos fatores de insucessos na participação das micro e pequenas empresas nos pregões eletrônicos;
- Analisar o perfil das micro e pequenas empresas participantes dos pregões eletrônicos;
- Propor, através de uma carta de serviços, melhorias ao sistema como forma de atender plenamente à legislação de apoio às MPE.

2. METODOLOGIA

Pesquisa aplicada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Diretoria de Compras, Divisão da Fase Externa de Compras, conhecida como o setor que trabalha com licitações na etapa de seleção e de negociações junto aos fornecedores.

Objetivamente descritiva, será dado enfoque ao segmento das micro e pequenas empresas em participações nas licitações na modalidade denominada pregão, na forma eletrônica, encerradas pela UFRN no período compreendido entre janeiro de 2019 e dezembro de 2021.

Primeiramente, será necessária a realização de pesquisa bibliográfica, para o conhecimento da legislação e dos regulamentos federais a respeito dos benefícios e tratamentos diferenciados concedidos às micro e pequenas empresas e aplicáveis às licitações, em especial aos pregões eletrônicos.

Utilizaremos a pesquisa documental para a análise de relatórios extraídos no módulo de compras do Sistema Integrado de Patrimônio e Administração de Contratos (SIPAC) e do portal de compras do Governo Federal, o conhecido *comprasnet*, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, para a identificação dos principais fatores que têm eliminado as micro e pequenas empresas da disputa.

Por fim, discutiremos com os pregoeiros, atores responsáveis pela condução da fase externa do pregão eletrônico, acerca dos motivos que levam as MPE a fracassarem, ocasião que oportunizará confrontar a realidade apresentada pelos dados pesquisados com o ponto de vista daqueles que conduzem os pregões eletrônicos.

3. PRODUTO FINAL

A conclusão do trabalho é a de gerar um Diagnóstico Institucional ao objeto da pesquisa, que possa subsidiar o aperfeiçoamento de editais e a otimização de uma comunicação efetiva como forma de orientar as microempresas e empresas de pequeno porte participantes de pregões eletrônicos na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, além da proposição de melhoria de sistemas.

4. REVISÃO DE LITERATURA

4.1 LEGISLAÇÃO APLICADA E COM BENEFÍCIOS ÀS MPE EM LICITAÇÕES

A Medida Provisória n. 2.182-18, de 23/08/2001, convertida na Lei n. 10.520/2002, instituiu a modalidade de licitação denominada pregão para a aquisição de bens e serviços comuns, e tornou-se a modalidade de licitação aplicada em larga escala pelos órgãos públicos pela sua característica e aplicação na forma eletrônica (BRASIL, 2002).

A nova lei de licitações e contratos administrativos, Lei n. 14.133/2021, promulgada em 1º de abril de 2021, considera, no inciso XLI do art. 6º, o pregão como sendo “modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto” (BRASIL, 2021).

O advento da Lei Complementar nº 123, de dezembro de 2006, conhecida como o estatuto das micro e pequenas empresas, salvaguardada por princípios constitucionais que regem a atividade econômica, como o art. 170, IX da Constituição Federal de 1988, estabelece o “tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País” (BRASIL, 1988), e trouxe uma série de benefícios de ordem tributária, trabalhista, fiscalização orientadora e de acesso aos mercados, em especial ao das contratações públicas (JUSTEN FILHO, 2007).

4.2 BENEFÍCIOS E TRATAMENTO DIFERENCIADO E O PRINCÍPIO DA ISONOMIA

O tratamento diferenciado e favorecido às micro e pequenas empresas, trazidos pela Lei Complementar n. 123/2006, “não viola o princípio da isonomia, porque parte da premissa de que não são elas iguais às empresas grandes” (SANTOS, 2009, p. 24).

A isonomia é um dos princípios constitucionais mais defendidos entre os doutrinadores em licitações públicas, ao lado de outros já consagrados na legislação, expressos no art. 3º da Lei n. 8.666/93 – legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, vinculação ao instrumento convocatório, dentre outros (BRASIL, 1993).

4.3 POLÍTICA DE ACESSO DAS MPES AO MERCADO DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS

Em Inclusão e perspectivas de desenvolvimento da microempresa e empresa de pequeno porte no processo de compras governamentais na esfera federal,

CUNHA tratou de correlacionar o poder de compra do Estado com a política de sustentabilidade e desenvolvimento local (CUNHA, 2016).

O referido autor apresentou o funcionamento da licitação e o pregão, esclareceu o uso do poder de compras como política de desenvolvimento das micro e pequenas empresas, e discutiu as novas perspectivas de participação das MPE nas compras governamentais por meio das contratações públicas sustentáveis (CUNHA, 2016).

Já Noronha realizou um trabalho no qual faz um diagnóstico sobre as compras públicas na modalidade pregão eletrônico em suas fases habilitatória e contratual. A autora destacou os princípios que regem as licitações públicas, caracterizou as modalidades e os tipos de licitações existentes, e destacou o Pregão eletrônico em suas fases interna e externa (NORONHA, 2017).

4.4 TRATAMENTOS FAVORECIDOS ÀS MPES NAS LICITAÇÕES DA UFRN

É princípio expresso no Estatuto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, reforçado no Plano de Desenvolvimento Institucional 2020 – 2029, e que se traduz, também, em objetivo institucional, coadunando-se com Art. 47 da Lei Complementar n. 123/2006, a promoção do desenvolvimento socioeconômico no âmbito local e regional, e a ampliação da eficiência das políticas públicas e inovação tecnológica.

A Diretoria de Compras (DCom) e sua Divisão da Fase Externa (DFE) têm a responsabilidade de conduzir, junto ao mercado, as demandas por materiais, bens e serviços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (BRASIL, 2019), fazendo-se cumprir o imperativo de favorecer a participação das micro e pequenas empresas à luz dos benefícios trazidos pela Lei Complementar n. 123/2006.

O emprego dos benefícios e tratamento diferenciado às MPE tornou-se obrigatório nas compras públicas, deixando à margem qualquer subjetivismo do administrador público, conforme bem ressalta Santos: “Não se trata de faculdade ou de decisão de âmbito discricionário. Ao reverso, conferir o tratamento diferenciado e favorecido constitui conduta vinculada imposta pela lei” (SANTOS, 2009, p. 28).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 20 mar. 2020.

_____. **Estatuto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. Brasília, DF. Diário Oficial da União no 173 – seção 1, de 06 set. 2002.

_____. **Lei complementar n. 123/2006, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o estatuto nacional da microempresa e da empresa de pequeno porte. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em: 30 mar. 2020.

_____. **Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002**. Institui modalidade de licitação denominada pregão para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10520.htm. Acesso em: 20 mar. 2020.

_____. **Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021**. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10520.htm. Acesso em: 05 abr. 2021.

_____. **Regimento interno da reitoria, de 19 de junho de 2019**. Disponível em: www.ufrn.br/resources/documentos/regimentos/RegimentoInternoDaReitoria.pdf. Acesso em 20 mar. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratações administrativas. Lei nº 14.133/2021** [livro eletrônico]. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. (RL-1.2).

_____. **O Estatuto da Microempresa e as Licitações Públicas**. São Paulo: Dialética Editora, 2007.

_____. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

NIEBUHR, Joel de Menezes. **Licitação pública e contrato administrativo**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

NORONHA, Rute Cléa Pereira de. **Diagnóstico sobre compras públicas através de pregão eletrônico: fases licitatória e contratual**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

PINO, Vinícius Magnata. **A Lei n. 123/2006 como instrumento de fortalecimento da economia local: um estudo da participação das microempresas e empresas de pequeno porte do município de Natal nos pregões eletrônicos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

NOVAS REGRAS DE AFASTAMENTO PARA AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Talita Chintia Vale Lage¹⁴

Prof. Dr. Yanko Marcius de Alencar Xavier¹⁵

1. INTRODUÇÃO

1.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O TEMA

O advento da Lei n. 12.772/2012, a chamada Lei de Estruturação da Carreira Docente, estabeleceu um novo plano de carreira aos docentes do ensino federal, bem como ampliou a possibilidade de afastamentos por motivo de qualificação para esses profissionais.

Outro e mais recente dispositivo legal que orienta os afastamentos para capacitação é o Decreto n. 9.991/2019, que “dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento”, posteriormente alterado pelo Decreto n. 10.506/2020.

Ocorre que, mesmo diante das alterações da legislação superior, no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o ato que disciplina o afastamento docente para atividades de capacitação é a Resolução n. 172, de 17 de agosto de 2010, do Conselho Superior de Ensino Pesquisa e

(CONSEPE/UFRN). Além dessa, temos a Resolução n. 038/2010, de 21 de outubro de 2010, Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (CONSAD/UFRN), que “estabelece regulamentação geral dos afastamentos do pessoal técnico-administrativo da UFRN”. Nota-se, portanto, que as referidas regulamentações são anteriores à Lei da Carreira Docente, de 2012, o que, por sua vez, já é anterior ao Decreto n. 9.991, de 2019. Essa lacuna na legislação interna a deixa inadequada diante da nova realidade legislativa e nos traz diversas implicações no âmbito da UFRN, pois o agir sem estar amparado por determina-

¹⁴ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: talita.vale@ufrn.br

¹⁵ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: yanko.xavier@gmail.com

ções legais fere frontalmente o princípio da Legalidade do Direito Administrativo, previsto no artigo 37 da Constituição Federal.

1.2 JUSTIFICATIVA

A justificativa da presente pesquisa pode ser evidenciada em aspectos teóricos, institucionais e pessoais.

Nos aspectos teóricos, justifica-se, pois, em breve pesquisa realizada nos agregadores de periódicos, verificou-se a escassez dos trabalhos relacionado a temas como “afastamento de servidores”, “afastamento para ações de desenvolvimento” e “decreto 9991”.

No aspecto institucional, justifica-se pelo fato de não haver estudos públicos em andamento dentro da Universidade Federal do Rio Grande do Norte que norteiem uma atualização da Resolução CONSEPE/UFRN n. 172/2010, nem da Resolução CONSAD n. 038/2010.

Com relação ao interesse pessoal, a pesquisadora utiliza a legislação cotidianamente no exercício das suas funções como servidora lotada na Pró-reitora de Gestão de Pessoas (PROGESP) e na Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), comissão esta competente, nos termos da Resolução CONSEPE UFRN n. 198/2014, para deliberar em última instância matérias relativas ao afastamento de docentes para capacitação, aperfeiçoamento, mestrado, doutorado ou pós-doutorado, bem como ao afastamento de docentes para programas de cooperação com outras instituições, universitárias ou não.

1.3 PROBLEMÁTICA E QUESTÃO-PROBLEMA

Tendo em vista o descompasso entre a legislação superior e o regramento interno da UFRN, surgem os questionamentos: qual regramento deve ser seguido nos processos de autorização para afastamento em casos de ações de desenvolvimento? Por óbvio que, na escala hierárquica da legislação, a Lei vem em primeiro lugar, seguida do decreto e, por último, da Resolução. Entretanto, como utilizar um regramento que deveria orientar os processos quando ele está em descompasso com as legislações superiores?

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Elaborar uma análise comparativa da legislação que verse sobre o afastamento de servidores federais, a fim de nortear a elaboração de uma nova Reso-

lução de afastamento de servidores para ações de desenvolvimento com base nos diplomas legais atuais.

1.4.2 Objetivos Específicos

Analisar a legislação pátria referente ao funcionalismo público, à carreira docente e aos afastamentos para ações de desenvolvimento;

Averiguar como as outras Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) realizam os processos de afastamento para ações de desenvolvimento dos servidores docentes e técnico-administrativos;

Determinar quais setores da UFRN estariam envolvidos nos processos de afastamento;

Verificar, através dos vários setores da UFRN, as necessidades específicas de cada um no trâmite dos processos de afastamento docente.

2. METODOLOGIA

Inicialmente, será realizada uma revisão bibliográfica na mais recente doutrina, legislação e jurisprudência, além da busca em agrupadores de periódicos dos temas “afastamento para capacitação”, “capacitação de servidores públicos”, “desenvolvimento de servidores públicos” e “Decreto n.

9.991/2019”. Pretende-se, ainda, entender como outras universidades e institutos federais portaram-se diante da edição da Lei n. 12.772/2012 e do Decreto n. 9.991/2019, utilizando o método descritivoexploratório qualitativo.

Por último, objetiva-se aplicar questionários entre gestores e secretários dos setores envolvidos nos processos de afastamento da UFRN, a fim de investigar e integrar as necessidades desses setores à nova Resolução.

3. PRODUTO FINAL

O primeiro produto a ser gerado com a presente pesquisa será a elaboração de um diagnóstico institucional que especificará os problemas encontrados e apresentará, a partir desses problemas, as possíveis soluções para eles.

O segundo produto tratará de um estudo comparativo da legislação pátria, a fim de embasar a nova Resolução de Afastamento de Servidores para Ações de Desenvolvimento.

4. REVISÃO DE LITERATURA

4.1 O QUE É RESOLUÇÃO?

Resolução é um dos tipos de ato jurídico-normativo, emanado pelas autoridades do mais alto escalão administrativo, que tem como objetivo disciplinar a matéria da competência específica de órgãos legislativos e colegiados administrativos. Por ser ato normativo, tem o objetivo de aplicar corretamente uma lei, especificando, de acordo com a atuação do ente, e detalhando o que o diploma legal estabeleceu previamente.

4.2 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES COMO CUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA EFICIÊNCIA

Ao alçar a eficiência ao status Constitucional, ao lado dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, o legislador priorizou a busca pela excelência do serviço público, a qual somente pode ser alcançada com capacitação. Além disso, a capacitação do servidor público federal foi incluída como requisito para a progressão na carreira, tendo sido contemplada pela Lei n. 8.112/90.

Quanto à carreira docente, o advento da Lei n. 12.772/2012 trouxe diversas especificações sobre o afastamento para desenvolvimento desses profissionais. Com relação à carreira de técnico administrativo em educação, tal orientação manteve-se na Lei do regime jurídico dos servidores, Lei n. 11.091/2005.

4.3 A CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS PARA O CUMPRIMENTO DA AGENDA 2030

A Agenda 2030 trata de compromissos assumidos pelos líderes de 193 países integrantes da Organização das Nações Unidas para a erradicação da pobreza extrema como necessária para o desenvolvimento sustentável. Dividem-se em 17 os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), os quais se distribuem em três eixos, sendo eles Economia, Sociedade e Biosfera. No que concerne ao eixo de sociedade, o objetivo 16, que diz respeito à Paz, à Justiça e a Instituições Eficazes, é descrito na própria agenda como a promoção de “sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”.

Ainda com relação ao objetivo 16, podemos incluir a capacitação dos servidores como cumprimento das metas de redução substancial da corrupção e do suborno em todas as suas formas; o desenvolvimento de instituições eficazes,

responsáveis e transparentes em todos os níveis; e a garantia da tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

4.4 A CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UFRN COMO NECESSÁRIA PARA O CUMPRIMENTO DO PLANO DE GESTÃO 2019-2023

Plano de Gestão é, em linhas gerais, o documento que traça o perfil e detalha os objetivos e compromissos de uma instituição por um período determinado. O Plano de Gestão da UFRN 2019-2023 divide-se em três eixos estratégicos, sendo eles Sociedade, Desenvolvimento Acadêmico e Desenvolvimento Institucional. A capacitação de servidores encontra amparo nos eixos relativos ao desenvolvimento acadêmico e institucional.

No tocante ao desenvolvimento acadêmico, a capacitação de servidores entra no objetivo estratégico de promoção da excelência no ensino, na pesquisa, na extensão e na inovação, principalmente nos indicadores relativos ao Índice de docentes permanentes dos programas de pósgraduação com experiência no exterior, ao Índice de pesquisadores de excelência na Instituição, e ao Índice de produção científica qualificada.

Com relação ao eixo de desenvolvimento institucional, a respeito do objetivo de aperfeiçoar o modelo de governança, de gestão estratégica e de gestão de processos e riscos, a capacitação de servidores enquadra-se nos indicadores do Índice de aprimoramento da estrutura organizacional da UFRN, da taxa de disseminação da gestão de processos, e da taxa de cumprimento de práticas de governança. Além disso, há que se enquadrar o desenvolvimento dos servidores no objetivo de melhorar competências e qualidade de vida das pessoas quanto ao indicador da taxa de sucesso das atividades de capacitação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 15 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 9.991 de 28 de agosto de 2019.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9991.htm. Acesso em 07 mar. 2020.

BRASIL. **Lei n. 8.112 de 11 de dezembro de 1990.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em 07 mar. 2020.

BRASIL. **Lei n. 12.772 de 28 de dezembro de 2012.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm. Acesso em 07 mar. 2020.

DE MOURA, Tiago; VANNI, Carolina Salvão; AZEREDO, Abel Dionísio. A implementação do Decreto n.º 9.991/2019 e seus possíveis impactos no serviço público federal. **Revista Sítio Novo**, v. 4, n. 3, p. 18-29, 2020.

FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO BRASIL - FASUBRA. **Análise Preliminar do GT Educação da FASUBRA do Decreto nº 9.991**, de 28 de agosto de 2019. Brasília, 2019.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro.** Editora Malheiros. 32 edição. São Paulo, 2006.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional.** 16 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo.** 6 ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. **Direito Administrativo.** 19 edição. Editora Atlas: São Paulo, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Conselho de Administração. Resolução nº 038/2010, de 21 de outubro de 2010.** Estabelece regulamentação geral dos afastamentos do pessoal técnico-administrativo da UFRN. Natal: Conselho de Administração, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 172/2010, de 17 de agosto de 2010.** Estabelece normas para afastamentos do pessoal docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Natal: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 198/2014, de 30 de setembro de 2014.** Reestrutura a Comissão Permanente de Pessoal Docente da carreira do Magistério Superior (CPPD/MS), institui a Comissão Permanente de Pessoal Docente da carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (CPPD/EBTT) e normatiza suas atribuições. Natal: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Plano de Gestão 2019-2023** [recurso eletrônico], Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN: EDUFRN, 2019. 64p.

O TELETRABALHO E O PAPEL DO GESTOR PÚBLICO: IMPLICAÇÕES ÉTICAS, DESAFIOS E PERCEPÇÕES

Juliano Barros de Andrade¹⁶

Leonardo Oliveira Freire¹⁷

1 INTRODUÇÃO

1.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O TEMA

A utilização cada vez maior da modalidade do teletrabalho sinaliza a necessidade de investigar o fenômeno em suas implicações éticas, desafios e impactos no âmbito das organizações públicas.

Nesse contexto, o papel do gestor na operacionalização dessa modalidade laborativa revela-se importante para a efetivação da missão institucional, por meio de prestação de serviços à sociedade, de maneira eficiente e contínua.

Assim, investigar e compreender a dimensão ética, as normativas constitucionais, os alicerces infraconstitucionais, as resoluções, os impactos sociais, os desafios, os direitos decorrentes do teletrabalho (desconexão, suporte tecnológico, capacitação continuada, inclusão), a implementação de sistema híbrido e o gerenciamento do teletrabalho perfazem-se em variáveis importantes na análise da execução e operacionalização do teletrabalho no setor público, reconhecendo o gestor como um ponto importante na efetivação de um formato digno e humanizado dessa forma de trabalho.

1.2 JUSTIFICATIVA

Argumento institucional: em um cenário de transformação digital e com o aumento da utilização de teletrabalho, os gestores públicos devem buscar meios de gerir e implementar práticas de trabalho a distância cada vez mais eficientes, aprimorando os serviços e possibilitando a efetivação da prestação jurisdicional à sociedade.

Argumento científico: apresentar um diagnóstico institucional ao Poder Judiciário que seja capaz de analisar o papel dos gestores públicos e lançar discussões

¹⁶ Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região. E-mail: julianobarros@trt21.jus.br

¹⁷ Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região. E-mail: leonardofreire@trt21.jus.br

sobre lacunas científicas existentes no papel do gestor público no contexto do teletrabalho.

Argumento pessoal: investigar um tema atual, relacionando-o a duas áreas importantes para o desenvolvimento das atividades laborais, que são a tecnologia e o trabalho.

1.3 PROBLEMÁTICA E QUESTÃO-PROBLEMA

Qual o papel do gestor no atual cenário do teletrabalho para fins de promover a efetivação da missão institucional?

A forma como os gestores operacionalizam o teletrabalho nas unidades judiciárias favorece o aumento de produtividade, engajamento, motivação, liderança, inclusão, humanização e nível de pertencimento?

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do presente estudo é apresentar um diagnóstico institucional acerca do papel dos gestores no contexto do teletrabalho, no âmbito das Varas do Trabalho, no TRT da 21ª Região.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Os objetivos específicos abrangem as seguintes etapas:
- Analisar a relação entre ética e trabalho;
- Estudar as definições do teletrabalho;
- Discorrer sobre as normas jurídicas nos âmbitos internacional e nacional;
- Aplicar pesquisa aos Diretores de Secretaria das Varas do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada pode ser caracterizada como um estudo de caso, por meio de uma pesquisa com abordagem quantitativa nas 23 (vinte e três) Varas do Trabalho no TRT21, e de análise descritiva a ser realizada por um período específico - período temporal.

3. PRODUTO FINAL

O produto final do estudo consiste na entrega de um diagnóstico institucional sobre o papel do gestor de Vara do Trabalho, no contexto do teletrabalho, no Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região.

4. REVISÃO DE LITERATURA

4.1 DIMENSÃO FILOSÓFICA

Como anteparo preliminar para o desenvolvimento deste artigo, pesquisou-se sobre teorias desenvolvidas por autores como Aristóteles, Kant e Habermas sobre o campo de estudo da ética e sua relação com o trabalho, com o desiderato de abordar uma análise crítica e emancipadora entre a dimensão humana da dignidade da pessoa e o desenvolvimento da técnica.

4.2 CONTEXTO INTERNACIONAL

Em 1996, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançou a recomendação n. 184 e a Convenção n. 177, ambas ainda não ratificadas pelo Brasil, tratando do trabalho em domicílio e traçando diretrizes sobre os cuidados com a saúde e a segurança desta modalidade de trabalho. A norma convencional define o teletrabalho como sendo aquele realizado a distância, fora das dependências do empregador, mediante remuneração.

Na Europa, os primeiros diplomas normativos que tratam do assunto datam do fim da década de 90 (MELLO, 2013), a exemplo da Ley Bassanini n. 191 sobre el teletrabajo en la función pública, na Itália; do Regulado en Códigos de Conducta, na Irlanda, ambos em 1998; e da Ley de Constitución Empresarial, na Alemanha, em 2004.

Na América Latina, as primeiras normas legislativas referem-se aos anos de 2008 (MELLO, 2013), sendo elas a Ley N° 1.221, na Colômbia; o Projeto de Lei (PL) n. 4.505/2008, no Brasil; e o Proyecto de Ley N° 1.691, no Uruguai, em 2009.

4.3 LEGISLAÇÃO NO BRASIL

No Brasil, o embasamento legal acerca do tema teletrabalho foi inicialmente abordado pela Lei n.º 12.551/2011, a qual equiparou os efeitos jurídicos da subordinação jurídica exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por

meios pessoais e diretos, não delimitando distinção entre o trabalho realizado a distância e o presencial.

Vale destacar, no âmbito do Poder Legislativo, o PL n. 4.505/2008, de autoria do Deputado Luiz Paulo Velloso Lucas, que visa regulamentar o trabalho a distância, conceitua e disciplina as relações de teletrabalho, e discute outras providências; o PL n. 4.793/2012, do Deputado Carlos Bezerra, que trata da remuneração do trabalho exercido a distância ou no domicílio do empregado, fixando regras de cunho objetivo para o cálculo da remuneração dessa forma de trabalho; e o projeto de Lei do Senado n. 274/2013, do Senador Rodrigo Rollemberg, que visa modificar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452/1943, para dispor sobre a relação de emprego em regime de teletrabalho.

Em 2017, a Lei n. 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) acrescentou o art. 75-B à CLT e trouxe a definição de teletrabalho, considerando ser prestação de serviços “preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo”.

4.4 DEFINIÇÃO

Para Filardi et al. (2020), teletrabalho significa

todo trabalho realizado à distância, ou seja, fora do local de trabalho, com uso das TICs, com computadores, telefonia fixa e celular e toda tecnologia que permita trabalhar em qualquer lugar, receber e transmitir informações, arquivos, imagens ou som relacionados à atividade laboral.

Santos *et al.* (2014), a seu turno, pontua três fatores como base para a identificação do teletrabalho: o local, o tempo e o meio. O local é caracterizado por ser descentralizado, podendo acontecer em qualquer lugar. O tempo pode ser utilizado de forma flexível, de acordo com a rotina do trabalhador. E o meio é a forma como os dados são transmitidos entre o trabalho, o teletrabalhador e a empresa, pelo uso da tecnologia da informação.

Alguns pesquisadores apontam diferenças entre teletrabalho, trabalho a distância, *home office* e trabalho remoto (ROSENFELD E ALVES, 2011), ao passo que outros utilizam o termo teletrabalho como gênero, sendo suas espécies o trabalho a distância, o *home office* e o trabalho remoto (SANTOS et al. 2014; ARAÚJO, 2020).

É importante destacar o tratamento diferenciado que as organizações públicas estão fazendo entre teletrabalho e trabalho remoto pandêmico. O primeiro

reveste-se de uma modalidade planejada, prevista em resoluções e legislações, e possui uma série de requisitos formais, como planejamento prévio, definição de metas e entregas, supervisão e acompanhamento. Já o trabalho remoto adotado em razão da pandemia foi efetivado de maneira urgente e obrigatória, razão pela qual não há instrumento de formalização, cobrança de metas e supervisão criteriosa.

Recentemente, o Senador Confúcio Moura (MDB/RO) apresentou o PL 612/2021, cuja ementa visa acrescentar o Capítulo II-B ao Título II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto-Lei n. 5.452/1943, para regulamentar o trabalho remoto e conferir outras providências. A explicação da ementa sinaliza o tratamento diferenciado entre o trabalho remoto e o teletrabalho, caracterizando aquele como sendo o realizado fora das dependências do local de trabalho, sem a utilização de tecnologias de informação e comunicação que, por sua natureza, não sejam consideradas teletrabalho.

O referido projeto de lei estabelece regras que visam respeitar a intimidade, o direito de imagem, a privacidade e a segurança pessoal e familiar dos empregados, sendo obrigação do empregador a orientação e o fornecimento de meios técnicos, assegurando a defesa desses direitos. A proposta também define que é de responsabilidade do empregador o fornecimento do suporte material, tecnológico, orientação e capacitação para uso dos instrumentos de trabalho, criação de cursos de reciclagem e adaptação.

Cabe enfatizar de igual forma que o PL 612/2012 pretende regulamentar o direito à desconexão, tornando obrigatório o respeito aos horários de intervalos intra-reposos e interjornadas, sob pena de sua violação ser considerada abusiva e intimidatória, acarretando consequências jurídicas de dever de indenização. O direito de se desconectar dos instrumentos de telefonia, mecânicos ou tecnológicos de trabalho é discutido na referida proposta legislativa.

4.5 O GESTOR E O TELETRABALHO

A revisão da literatura sobre o tema apontou lacuna na temática relacionada à operacionalização do teletrabalho na perspectiva do gestor no setor público (LEITE; LEMOS, 2021).

O papel desempenhado pelo gestor neste contexto constitui-se como um importante alicerce de apoio para a execução dessa modalidade laboral pelos servidores, haja vista ser de sua responsabilidade direta operacionalizar diretamente as equipes de trabalho e ser um dos tomadores de decisão na execução dos serviços.

O gestor público, assim, possui, dentre suas funções, a tarefa de efetivar direitos decorrentes do teletrabalho, como o direito ao trabalho digno, à desconexão, à inclusão social e tecnológica, por exemplo. Também se configura como tomador de decisão na implementação de sistema híbrido de trabalho (presencial e teletrabalho), gerenciamento, fomento ao ambiente de trabalho saudável, e outras particularidades relevantes para a promoção de ambiente humanizado e produtivo na unidade de labor.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Thiego Santos de. **Universidade em tempos de pandemia**: um estudo sobre os impactos da adoção do teletrabalho na percepção de servidores públicos. Dissertação. Natal/RN, 2020, 95 páginas. Programa de Pós Graduação em Gestão de Processos Institucionais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/31778/1/Universidatedetempospandemia_Araujo_2020.p df. Acesso em: 12 jun. 2021.
- LOSEKANN, Raquel Gonçalves Caldeira Brant; MOURÃO, H. Cardoso(2020). Desafios do teletrabalho na pandemia do COVID-19: Quando o *home* vira *office*. **Caderno De Administração**, n. 28, p. 71-75. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/53637>. Acesso em: 26 ago. 2021.
- LEITE, Ana Luiza; LEMOS, Dannyela da Cunha. Gestão de pessoas e o teletrabalho: desafios e possibilidades. Florianópolis/SC, 2021. **Revista do Serviço Público**, 2021, 72(2), 330 -359. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/4987>. Acesso em: 26 ago. 2021. ISSN: 0034-9240 E- ISSN: 2357-8017
- KANT, Emmanuel. **Crítica da Razão Pura**. Versão eletrônica do livro. Tradução de J. Rodrigues de Meringe. Disponível: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000016.pdf>. Acesso em: 10 abr. de 2021.
- MATOS, Olgária C. F. **A Escola de Frankfurt**: luzes e sombras do iluminismo. São Paulo: Moderna, 2012.
- MÜHL, Eldon Henrique. Habermas e a educação: racionalidade comunicativa, diagnóstico crítico e emancipação. **Educação & Sociedade** [online]. 2011, v. 32, n. 117, p. 1035-1050. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302011000400008>. Acesso em: 21 out. 2021 . Epub 03 fev. 2012. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302011000400008>.
- MELLO, Álvaro. Teletrabalho: perspectivas e recomendações. Palestra e seminário. **Sobratt - Sociedade Brasileira de Teletrabalho e Teleatividades**, Brasília, julho de 2013.
- NODARI, Paulo César. A ética Aristotélica. **Síntese Nova Fase**, Belo Horizonte, v. 24, n. 78, 1997.
- REZENDE, Antônio. **CURSO DE FILOSOFIA**: para professores e alunos dos cursos de ensino médio e de graduação. Rio de Janeiro: Zahar, 15 reimpressão, 1986.
- ROCHA, Cháris Telles Martins da; Amador, Fernanda Spanier. **O teletrabalho**: conceituação e questões para análise. Rio de Janeiro, 2018.
- ROSENFELD, Cinara L., ALVES, Daniela Alves de. Autonomia e trabalho informacional: o teletrabalho. **Dados**, v. 54, n. 1, p. 207-233, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582011000100006>
- SANTOS, E. R. P.; Lambarine, P. P. A.; Moreira, J. R. Teletrabalho: o futuro presente nas empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação. **Negócios em projeção**, v. 5, n. 2, p. 35-49, 2014.

MODELO DE ANÁLISE DA CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DE EMPRESAS LICITANTES COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ermínio José Araújo de Carvalho¹⁸

Victor Branco de Holanda¹⁹

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O TEMA

Os processos licitatórios na administração pública exigem a análise da capacidade econômico-financeira de empresas participantes de certames com órgãos públicos. A Lei n. 14.133 – Art. 69 estabelece que “A habilitação econômico-financeira visa demonstrar a aptidão econômica do licitante [...]”. Assim, o processo licitatório, conforme previsto nas Leis 8.666 e 14.133, destina-se a garantir o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para o ente público.

A análise adequada na fase da qualificação econômico-financeira minimizará os impactos quanto à capacidade que a empresa tem de fornecer os bens ou serviços, objeto do processo licitatório.

1.2 JUSTIFICATIVA

A proposta de elaboração de um modelo que permita a análise da capacidade econômico-financeira de empresas licitantes com a administração pública foi motivada pela vivência profissional nessa área, com o propósito, espera-se, de gerar conhecimento para os gestores públicos nas suas tomadas de decisão quando do julgamento de empresas em processos licitatórios, gerando uma importante contribuição institucional.

1.3 PROBLEMÁTICA E QUESTÃO-PROBLEMA

O estudo partirá da hipótese de que a implantação de um modelo de análise da capacidade econômico-financeira de empresas licitantes com a administração pública reduzirá a contratação de empresas com dificuldades financeiras.

¹⁸ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: erminiojcarvalho@gmail.com

¹⁹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: victorbholanda@gmail.com

O modelo atual de análise da capacidade econômico-financeira de empresas licitantes não está padronizado e sistematizado, e também não trata de forma segregada os aspectos do porte das empresas, dos tipos de aquisições – como serviços terceirizados, obras e materiais –, bem como do valor da contratação.

Há, no modelo atual, um tratamento único, independentemente dos aspectos citados no parágrafo anterior, trazendo problemas quanto à adequada atestação da capacidade econômico-financeiro das empresas frente ao objeto da contratação.

Dessa forma, a implantação de um modelo de análise da capacidade econômico-financeira de empresas licitantes, padronizado, que contemple os aspectos de porte, de tipo e de valor dos editais públicos, trará contribuições para a administração pública no seu processo de tomada de decisão, com vistas a evitar a contratação de empresas com dificuldades financeiras?

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Desenvolver um modelo de análise de demonstrativos contábeis que contribua com a Administração Pública no conhecimento sobre a capacidade econômico-financeira das empresas participantes de processos licitatórios.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Como objetivos específicos, são destacados:
- Conhecer os passos da realidade atual da análise realizada (diagnóstico);
- Mapear o processo de análise;
- Identificar os pontos de melhoria;
- Identificar os principais pontos de análise;
- Elaborar a modelagem do processo;
- Avaliar o custo-benefício da implantação do modelo; Estabelecer a abrangência do modelo.

2. METODOLOGIA

O procedimento metodológico utilizado neste trabalho seguiu o delineamento proposto para trabalhos em ciências sociais por Gil (2008, p. 50), de pesquisa quanto aos procedimentos, especificamente pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, que ressalta que “o elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para a coleta de dados”.

Quanto ao tipo de estudo, tipo de pesquisa a ser realizada, escolhe-se como base a taxionomia exposta por Vergara (2016, p. 73), a qual estabelece dois critérios: quanto aos fins e quanto aos meios de investigação.

Quanto aos fins, a pesquisa é explicativa e descritiva. Quanto aos meios, a pesquisa é bibliográfica, documental e de estudo de caso. O modelo proposto terá como “locus” do estudo a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

3. PRODUTO FINAL

O modelo proposto conterá critérios para a análise da capacidade econômico-financeira de empresas licitantes com a administração pública, tendo por base os índices estabelecidos na literatura, segregados por tipo, porte e objeto da contratação. O modelo estabelecerá um fluxo para todo o processo de análise e de comunicação.

O Produto apresentado será composto por um conjunto de rotinas e procedimentos para a realização da referida análise quanto aos aspectos relacionados aos indicadores que medem a capacidade econômico-financeira das empresas. Estará inserido no produto um fluxo, desde o início do processo, quando do recebimento de requerimentos de análise, até a emissão do parecer final.

4. REVISÃO DE LITERATURA

Para alcançar os objetivos propostos e desenvolver este estudo, será necessário realizar revisão sistemática da literatura dos seguintes temas: Governança Pública e *Compliance*, Processo Licitatório Público no Brasil, Qualificação Econômico-financeira, Indicadores, e Fraudes em Licitações, em bases de dados como o *Scopus*, o *Google Acadêmico*, repositórios institucionais, entre outros, voltados para a medição da capacidade econômico-financeira de empresas.

4.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA E COMPLIANCE

A prática do “*compliance*” já se incorporou à administração pública, assim como a governança pública. A velocidade com que as coisas mudam no mundo trouxe para a área pública reflexões sobre a necessidade de adaptação ao que há de mais moderno em práticas de controle, prática em outras esferas – na área privada, por exemplo.

[...] *compliance* é entendido em sentido amplo, como a busca permanente de coerência entre aquilo que se espera de uma organização – respeito a regras, propósito, valores e princípios que constituem sua identidade – e o que ela de fato pratica no dia a dia. (IBGC, 2017, p. 8). [...] governança pode ser descrita como um

sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sociedade, alta administração, servidores ou colaboradores e órgãos de controle (BRASIL, 2014, p. 17).

Assim, o “compliance”, como ferramenta para a gestão pública viabilizar a Governança Pública, associados aos conceitos da ética e da prática do bem, visa garantir a integridade dos atos do gestor público.

4.2 PROCESSO LICITATÓRIO NO BRASIL

Atualmente, as aquisições de bens e serviços por parte de entidades públicas devem seguir o que está estabelecido nas Leis n. 8.666/1993 e 14.133/2021. De acordo com MAZZA (2016, p. 590), “a razão de existir dessa exigência reside no fato de que o Poder Público não pode escolher livremente um fornecedor qualquer, como fazem as empresas privadas”.

4.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Conforme definido por ASSAF NETO (2010), para se chegar aos resultados de uma análise da capacidade econômico-financeira de empresas, será preciso percorrer um processo estruturado com a finalidade de atender, além de aos interesses internos e externos, a outras fases importantes para as empresas, conforme descritas a seguir:

[...] o processo de estrutura e análise de balanços, além de estar voltado para os aspectos internos e externos da empresa, deverá atender as seguintes fases: interpretação e ajustamento dos demonstrativos; identificação dos problemas; levantamento das causas; diagnóstico atual e possíveis soluções e perspectivas e tendências futuras da empresa. (ASSAF NETO, 2010, prefácio, xix).

Nesse sentido, as informações disponibilizadas pelas empresas, através dos seus demonstrativos contábeis (relatórios financeiros), para serem consideradas informações financeiras úteis, conforme estabelece o PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC00 (R2) – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA RELATÓRIO FINANCEIRO (2019), precisam ser relevantes e fidedignas.

Se informações financeiras devem ser úteis, elas devem ser relevantes e representar fidedignamente aquilo que pretendem representar. A utilidade das informações financeiras é aumentada se forem comparáveis, **verificáveis**, tempestivas e compreensíveis. (PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC00 (R2), 2019, p. 9, grifo nosso).

As informações, mesmo consideradas relevantes e fidedignas, necessitam ser verificáveis, comprovadas, com vistas a ampliar a utilidade da informação reportada pelas empresas.

A informação sobre a saúde financeira das empresas, principalmente as que expõem a insolvência, é relevante para a tomada de decisão dos seus stakeholders (BEZERRA; LAGIOIA; PEREIRA, 2019).

REFERÊNCIAS

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Referencial Básico de Governança** - aplicável a órgãos e entidades da administração pública. Brasília, DF: TCU - Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão [2014]. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/data/files/E8/14/13/3D/43B0F410E827A0F42A2818A8/2663788.PDF>. Acesso em: 15 jun.2021

BRASIL. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. **Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República [1993]. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm. Acesso em: 15 jun.2021

BRASIL. Lei 14.133, de 1º de abril de 2021. **Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. Brasília, DF: Presidência da República [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20192022/2021/lei/L14133.htm. Acesso em: 15 jun.2021

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC00 (R2)** – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. 2019. Disponível em: [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00\(R2\).pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf). Acesso em: 5 set. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA - IBGC. **Compliance à luz da Governança Corporativa**. São Paulo, SP. IBGC. 2017. Disponível em: <https://conhecimento.ibgc.org.br/Lists/Publicacoes/Attachments/23486/Publicacao-IBGCOrientaComplianceSobaluzDaGC-2017.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2021.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

NETO, Alexandre Assaf. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BEZERRA, E.S.; LAGIOIA, U.C.T.; PEREIRA, M.L. Indicadores Financeiros, Macroeconômicos e de Governança Corporativa na Previsão de Insolvência em Empresas da B3. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança** – CGC. Brasília, V.22, N.3, P. 405-422, 2019. Disponível em: <https://www.revistacgg.org/contabil/article/view/2011>. Acesso em: 12 abr. 2021.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16 ed. São Paulo. Atlas, 2008.

MAPEAMENTO DE PROCESSOS EM UMA SECRETARIA ADMINISTRATIVA DE UM DEPARTAMENTO ACADÊMICO DA UFRN

Daniele Gomes da Silva Soares²⁰
André Morais Gurgel²¹

1 INTRODUÇÃO

1.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O TEMA

As organizações, sejam elas públicas ou privadas, vivem hoje em um cenário de relativa complexidade, no qual as demandas por serviços ágeis, com qualidade e adequados às necessidades sociais devem ser concretizadas concomitantemente às suas funções institucionais. Esse enredamento, no tocante sobretudo às instituições públicas, acarreta não apenas preocupação com o aperfeiçoamento dos processos e melhoria do seu desempenho, mas tende a garantir, também, a desburocratização e a transparência de suas ações.

Em busca de adequação a essa nova realidade e de aprimoramento das atividades, a Administração Pública tem incorporado tecnologias, ferramentas e abordagens da Administração Privada.

Aderindo ao enredo acima retratado, as Instituições Públicas de Ensino Superior (IPE) estão tendentes ao aperfeiçoamento de suas práticas por meio de melhores estruturas e integrações de processos. Cita-se como tendência dessa gestão moderna o mapeamento de processos, o qual possibilita uma visão global da organização, demonstrando suas rotinas de trabalho, o alcance dos resultados pretendidos, a identificação das lacunas e gargalos, e os aspectos que devem ser melhorados.

Ao analisar o Plano de Gestão (2019-2023), constata-se que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), ao envidar esforços no intuito de apanhar novas abordagens de gestão e práticas administrativas, segue o prescrito pelas IPE. Ocorre que alguns órgãos da referida autarquia ainda não se moldaram a esse cenário e prosseguem com arcaicos e burocráticos procedimentos.

²⁰ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: daniele.ufrn@gmail.com

²¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: andre.gurgel@ufrn.br

1.2 PROBLEMÁTICA E QUESTÃO-PROBLEMA

Entre os setores da UFRN nos quais ainda persistem práticas administrativas tradicionais, citase as secretarias administrativas de departamentos acadêmicos, apesar de exercerem atividades fins da instituição, relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, e serem de suma importância para o esclarecimento de dúvidas, busca de informações e resolução de problemas de naturezas diversas, da comunidade acadêmica e do público geral.

Nesses ambientes organizacionais, quais sejam as secretarias administrativas de departamentos acadêmicos, há desajustes recorrentes e universais – dada a ausência de processos otimizados, padronizados e explícitos – que contribuem para a ocorrência de falhas na execução das atividades, resultando em retrabalho, desperdício de tempo, possibilidade de extrapolação de prazos e interrupção de algumas atividades. Em muitos casos, essas adversidades são responsáveis por morosidade e ineficiência, as quais incidem na detração não apenas dos servidores atuantes no órgão, mas de todo o serviço público.

Diante do exposto, com o propósito de uma maior eficiência, eficácia e agilidade dos serviços prestados, faz-se necessário, para além de conhecer os processos que integram o ambiente de atividades da secretaria administrativa, promover a padronização, a otimização, a simplificação e a transparência desses.

Pelo contexto ora apresentado, a motivação para a realização do estudo se concentrará em responder à seguinte questão: de que maneira os processos que integram o âmbito de atividades de uma Secretaria Administrativa de um Departamento Acadêmico podem ser otimizados e/ou sintetizados no intento de se promover a padronização, a veiculação e a eficiência organizacional?

1.3 JUSTIFICATIVA

Este estudo justifica-se como meio para o enfrentamento real das dificuldades encaradas pelo setor, visto que a realização do mapeamento proporcionará a compreensão e a representação de seus processos, abrindo-se um leque para as melhorias necessárias, possibilitando uma melhor gestão das atividades administrativas e a realização de atividades mais ágeis, eficientes e transparentes.

Outrossim, o estudo contribuirá para a criação da memória organizacional ao documentar suas operações, as quais serão disseminadas por meio do manual de instruções das rotinas e processos. Tal iniciativa permitirá a descentralização, a disseminação de conhecimento e a transparência das ações do setor.

Além disso, colaborará para a difusão do conhecimento sobre gestão de processos, notadamente sobre mapeamento e padronização de processos no

setor público, contribuindo para reflexões e discussões acerca da temática, ainda em ascensão nesse âmbito.

Outro aspecto relevante a ser descrito é que o estudo se apresenta alinhado a perspectivas institucionais, visto que caminha no sentido do Plano de Gestão da UFRN, o qual apresenta, em seu componente “Desenvolvimento Institucional”, o objetivo estratégico de “aperfeiçoar o modelo de gestão de processos”, tendo com uma de suas iniciativas estratégica “a implementação da gestão de processo”. Face a isso, observa-se que o estudo poderá oferecer contribuição para a instituição, auxiliando no alcance das metas propostas pelo Plano.

Por fim, o estudo oferecerá subsídios para a melhoria contínua na execução das operações cotidianas na instituição em que a pesquisadora atua, auxiliando para a sua participação na criação de um ambiente de trabalho que repercute positivamente no seu desempenho profissional e no desempenho institucional.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

O estudo tem como objetivo geral confeccionar um Manual de Instruções das Rotinas e Processos para uma Secretaria Administrativa de um Departamento Acadêmico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

1.4.2 Objetivos Específicos

- Para que o objetivo central da pesquisa seja alcançado, traçam-se os seguintes objetivos específicos:
- Identificar os processos que integram o âmbito de atividades da Secretaria Administrativa;
- Levantar e sistematizar informações de cada processo;
- Mapear os processos que integram o âmbito de atividades do setor e desenhar fluxograma para cada processo;
- Analisar os processos desenvolvidos na secretaria a fim de identificar gargalos e propor a isso possíveis melhorias.

2. METODOLOGIA

Este estudo é de natureza aplicada, classificado como exploratório e descritivo, e de abordagem qualitativa. Ao método, opta-se pela pesquisa-ação, visto que a pesquisadora está lotada no setor em estudo, e por se tratar de pesquisa concebida e realizada em estreita associação com a resolução de um problema

coletivo, no qual pesquisadores e participantes representativos do problema estão envolvidos de forma cooperativa ou participativa (THIOLLENT, 1996). Aliado ao método, utilizaremos a pesquisa bibliográfica, para fim de construção do referencial teórico, e a documental, a fim de levantar os documentos que comportam a fundamentação legal de cada processo. Sua população será composta por todos os processos (atividades) que integram a secretaria. Para a coleta de dados, elegeu-se o formulário. Para apoiar o mapeamento dos processos, adotaremos a técnica SIPOC. O tratamento e a análise dos dados serão feitos à luz do referencial teórico. Os resultados das atividades serão demonstrados por meio da notação BPMN, utilizando-se o *software* Bizagi Modeler.

Para averiguar se existem discrepâncias que devem ser sanadas, faremos a análise dos fluxogramas da situação atual (AS-IS). Para isso, serão utilizados questionamentos baseados em Cruz (2009). Ao final, será apresentado à equipe do setor o relatório das condições atuais, as falhas diagnosticadas e as sugestões de melhorias. Na sequência, será realizada a estruturação do novo processo para validação final da equipe.

3. PRODUTO FINAL

Propõe-se como produto final um manual de instruções das rotinas e processos para uma secretaria administrativa de departamento acadêmico da UFRN.

O produto tem por objetivos: (1) possibilitar que a compilação de informações dispostas de forma sistematizada e criteriosa atue como instrumento de gestão das atividades administrativas, promovendo a compreensão da estrutura, do funcionamento da unidade e da execução do processo administrativo, de modo que contribua para a otimização dos esforços e dos recursos, e melhore a eficiência e a eficácia das práticas organizacionais; (2) orientar a execução de atribuições e estabelecer ordenação uniforme e sistematizada na realização dos procedimentos e rotinas organizacionais, facilitando, dessa forma, o processo operacional de atendimento das demandas dos usuários, de suas expectativas e necessidades; (3) promover a transparência das atribuições e das rotinas administrativas desempenhadas.

Quanto aos aspectos técnicos do produto: (1) linguagem objetiva, clara e acessível para fácil compreensão pelo usuário; (2) apresentará a estrutura da unidade organizacional e suas atribuições; descreverá os procedimentos e estabelecerá os formulários a serem utilizados na consecução das rotinas; (3) apresentará, em seu conteúdo, as definições, os requisitos básicos, a documentação e a fundamentação legal; (4) formato digital, oferecendo facilidade na revisão e atualização, sem prejuízo para a continuidade de sua utilização.

4. REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção, apresentamos os referenciais sustentadores da teoria que orientará a pesquisa. Tendo em vista o assunto abordado, a problematização e os objetivos do estudo, expõe-se um breve histórico da Gestão Pública no Brasil, enfatizando suas perspectivas e novos paradigmas de gestão.

Aborda-se, acerca dos principais conceitos de processo, sua caracterização e hierarquia. Na sequência, apresenta-se a conceituação de gestão por processos, sua origem, benefícios e resultados, de forma que o leitor compreenda a sua relevância para a eficiência e a eficácia das organizações.

Pretende-se realizar uma breve caracterização da UFRN, assim como a estruturação e o funcionamento do departamento acadêmico.

Em seguida, enfoca-se no mapeamento de processos, na técnica de apoio ao mapeamento denominada SIPOC, discorrendo também acerca da notação a ser utilizada para a modelagem dos processos, além da análise dos processos das modelagens *AS-IS* e *TO-BE*.

Por fim, busca-se apresentar os preceitos referentes à padronização de processos administrativos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE GERENCIAMENTO DE PROCESSOS DE NEGÓCIO. **Guia para o Gerenciamento de Processos de Negócio Corpo Comum de Conhecimento (BPM CBOK)**. Versão 3.0, 2013.

ALVAREGA, T. H. P.; PIEKARSKI, C. M.; SANTOS, B. S.; BITTENCOURT, J. V. M.; MATOS, E. A. S. S.; FRANCISCO, A. C. Aspectos relevantes sobre mapeamento de processos. **Revista de Engenharia e Tecnologia**, v. 5, n. 2, p. 223-225, ago. 2013. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/ret/article/view/11482>. Acesso em: 12 fev. 2020.

BALDAM, R.; VALLE, R.; ROZENFELD, H. **Gerenciamento de processos de negócios – BPM: uma referência para implantação prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

BIAZZI, M. R.; MUSCAT, A. R. N.; BIAZZI, J. L. Modelo de aperfeiçoamento de processos em instituições públicas de ensino superior. **Gestão e Produção**, v. 18, n. 4, p. 869-880, 2011.

CARVALHO, K. A.; SOUSA, J. C. Gestão por Processos: Novo Modelo de Gestão para as Instituições Públicas de Ensino Superior. **Revista Administração em Diálogo**, v. 19, n. 2, p. 1-18, 2017. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/45623/gestao-por-processos--novo-modelo-de-gestao-par--->. Acesso em: 23 fev. 2020.

CARPINETTI, L.C.R. **Gestão da qualidade: Conceitos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

CAMPOS, V. F. **Qualidade Total: padronização de empresas**. 4. ed. Belo Horizonte: Fundação Christiano Ottoni, 1992.

_____. **TQC – Controle da Qualidade Total (no estilo japonês)**. 8. ed. Minas Gerais: INDG Tecnologia e Serviços Ltda., 2004.

_____. **Gerenciamento da Rotina do Trabalho do Dia a Dia**. 9. ed. Nova Lima: Falconi, 2013.

CRUZ, Tadeu. **Workflow: a tecnologia que vai revolucionar processos**. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **Sistemas, organização & processos: administração organização por meio de processos de negócios**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CURY, A. **Organização e métodos: uma visão holística, perspectiva comportamental e abordagem contingencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

DAVENPORT, T. H. **Process Innovation**. Boston: Harvard Business School press, 1993.

EVANGELISTA, Solange Maria da Silva. **O gerenciamento de processos: uma avaliação à luz dos modelos de mudança organizacional**. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PEPS4809.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2020

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. 3. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, J.E.L. As empresas são grandes coleções de processos. **Revista de Administração de Empresas – RAE**. Jan/Mar. v. 40. n.1. São Paulo. 2000.

HARRINGTON, H. J. **Aperfeiçoando processos empresariais**. São Paulo: Makron Books, 1993.

MARANHÃO, M.; MACIEIRA, M. E. B. **O Processo Nosso de Cada dia**: modelagem de processos de trabalho. 2 ed. Rio de Janeiro: QualityMark, 2010.

MEDEIROS, I; GUTIERREZ, R. O mapeamento de processos como fator de melhoria da gestão acadêmica de uma universidade federal. *In*: _____. **XI CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO**, 2015. Disponível em: https://www.inovarse.org/sites/default/files/T_15_087.pdf. Acesso em: 9 fev. 2020.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Guia de gestão de processo do governo**. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/620>. Acesso em: 7 fev. 2020.

PAIM, R. *et al.* **Gestão de processos**: pensar, agir e aprender. Porto Alegre: Bookman, 2009.

PAVANI JÚNIOR, O.; SCUCUGLIA, R. **Mapeamento e gestão por processos – BPM**. Gestão orientada à entrega por meio de objetos. Metodologia GAUSS. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda., 2011.

PRADILLA, S. Gestão de processos: uma metodologia redesenhada para a busca de maior eficiência e eficácia organizacional. **Revista Gestão & Tecnologia**, [S.l.], v. 13, n. 2, p. 94-121, ago. 2013. ISSN 2177-6652. Disponível em: <http://revistagt.fpl.edu.br/get/article/view/486>. Acesso em: 20 fev. 2020.

OLIVEIRA, D. P. R. **Sistemas, organizações e métodos**: uma abordagem gerencial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011. Disponível em: <https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2018/08/7-metodologia-dapesquisa-ac3a7c3a3o.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Institucional**. Natal, 2020. Disponível em: https://ufrn.br/resources/documentos/planodegestao/Plano_de_Gestao_2019-2023.pdf. Acesso em: 28 fev. 2020.

VILLELA, C. S. S. Mapeamento de processos como ferramentas de reestruturação e aprendizado organizacional. 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/78638?show=full>. Acesso em: 3 mar. 2020.

EDUCAÇÃO E SUSTENTABILIDADE



GOVERNANÇA DIGITAL E AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE: ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DO PROCESSO ELETRÔNICO NA UFRN

Dilma Marianna da Silva²²

Patrícia Borba Vilar Guimarães²³

Adriana Carla Silva de Oliveira²⁴

1. INTRODUÇÃO

1.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O TEMA

Ao longo dos anos, o Governo Federal brasileiro construiu uma estrutura que seguia em direção à modernização dos serviços eletrônicos. Dentre as principais iniciativas, estão as ações de melhoria dos mecanismos de gestão e governança de Tecnologia da Informação (TI), voltadas para o desenvolvimento sustentável (DS); a implantação do Processo Eletrônico Nacional; a Política de Governança Digital (PGD); a Lei de Acesso à Informação (LAI); a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); e a Estratégia de Governo Digital (EGD), vigente até 2022 (GOVERNO DIGITAL, 2021).

De acordo com as Nações Unidas (2018), a TIC possibilita que os governos tenham a oportunidade de aproximar-se do desenvolvimento sustentável e, com isso, melhorar o bem-estar dos cidadãos e criar um ambiente favorável à boa governança. Castro e Lopes (2021) defendem que, certamente, a capacidade máxima de transformação digital ainda é um horizonte longínquo, mas que o alcance desse cenário perpassa a ideação de uma modificação da governança, na perspectiva da sustentabilidade, e a TIC.

Esta pesquisa abordará a governança sob a perspectiva tecnológica, denominada governança digital (e-governança) e, mesmo havendo estudos (MOON, 2002; GRONLUND; HORAN, 2005; LARSSON; GRONLUND, 2014; 2016), na literatura, que apontam a governança digital como um conceito análogo ao governo digital, esta pesquisa tratará deles como conceitos distintos, tomando a e-governança como uma definição mais ampla em relação ao governo eletrônico (CALISTA;

²² Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: dilmamarianna@gmail.com

²³ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: patricia.borba@ufrn.br

²⁴ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: adrianacarla.a@gmail.com

MELITSKI, 2007; GLYBOVETS; ALHAWAWSHA, 2017) e associada ao prisma do desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, observou-se na literatura a necessidade de estudos que trabalhassem a agenda de pesquisa governança eletrônica e desenvolvimento sustentável, a exploração da intersecção desses dois conceitos tomando como base a pesquisa interdisciplinar (ESTEVEZ; JANOWSKI, 2013), a construção conceitual da relação entre e-governança e sustentabilidade, a inter-relação dessas definições com as diferentes dimensões da sustentabilidade (LARSSON; GRNLUND, 2014) – já que a maioria dos artigos evidencia apenas uma dimensão (LARSSON; GRNLUND, 2014; 2016), a análise das diferentes dimensões em um sistema de governança digital pública, o impacto da governança eletrônica no desenvolvimento sustentável (POUGEL; BONNEL; BEIER, 2018), e as evidências de que a governança eletrônica melhora a eficiência da política de sustentabilidade (SOMA; TERMEER; OPDAM, 2016).

Partindo desse pressuposto, este estudo será norteado a partir do seguinte questionamento de pesquisa: a implantação do processo eletrônico contribuiu de modo sustentável para a eficiência da governança digital na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)?

1.2 JUSTIFICATIVA

Propõe-se, com este trabalho, a identificação das contribuições do processo eletrônico para a eficiência da governança digital sob a perspectiva das dimensões social, ambiental, econômica, ética e tecnológica da sustentabilidade, defendidas por Sachs (1993; 2008; 2009) e, com isso, elaborar um modelo de padronização de fluxo de processos eletrônicos que possa ser inserido diretamente na mesa virtual, de modo a trazer mais transparência, economia processual, agilidade, segurança da informação, comunicação institucional efetiva, integridade nas ações, eficiência na utilização de recursos e rendimento funcional, melhorando assim a qualidade do serviço ofertado aliada à qualidade de vida do servidor usuário do processo eletrônico.

Do ponto de vista pessoal, a pesquisa justifica-se pelo fato de a pesquisadora ser usuária do processo eletrônico e, por isso, poder contribuir para a melhoria das atividades laborais. Sob a perspectiva institucional, a pesquisa permitirá que a governança em TI possa ter um panorama do cenário atual, assim como utilizar o estudo para tomada de decisão estratégica quanto à eficiência institucional das ações de governança digital a partir da ótica do desenvolvimento sustentável, colaborando assim para o fortalecimento do compromisso da UFRN com os pilares da gestão pública e com as gerações futuras. Em relação à justificativa

científica, apesar de a temática governança pública ter sido bastante difundida nos últimos anos, a governança digital, alinhada às dimensões da sustentabilidade, é um assunto pouco explorado na literatura; assim, este estudo ajudará no preenchimento dessa lacuna, bem como reforçará a agenda de pesquisa da intercessão desses conceitos, além de impulsionar a consolidação e a implementação da governança digital no Brasil tomando como base o panorama atual.

Ademais, cabe destacar que é um estudo relevante no que tange ao cenário mundial tendo em vista a crise sanitária gerada pela pandemia da COVID-19, em que a implantação do processo eletrônico nacional se tornou uma condição imprescindível para reagir a um contexto de mudança abrupto. As instituições que já possuíam um plano de governança digital conseguiram retomar o funcionamento das atividades administrativas na modalidade remota mais rapidamente, minimizando assim os danos na ausência do serviço prestado à sociedade.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar a eficiência da governança digital à luz das dimensões da sustentabilidade com o advento do processo eletrônico.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Identificar os principais processos eletrônicos que tramitam nas secretarias gerais;
- Verificar se o processo eletrônico contribuiu de forma sustentável para a governança digital, tomando como base as dimensões social, ambiental, econômica, ética e tecnológica;
- Propor um modelo de padronização do fluxo de processos eletrônicos que tenha como foco principal a necessidade do servidor usuário do processo eletrônico no âmbito da UFRN.

2. METODOLOGIA

Para atingir o objetivo proposto, será utilizado como método a pesquisa qualitativa. A coleta de dados, por sua vez, será feita por meio de entrevista semiestruturada, que terá como parâmetro norteador as dimensões social, ambiental, econômica, ética e tecnológica, a partir de uma abordagem de solução de problemas que foca no bem-estar das pessoas, denominada *design thinking*.

De acordo com Vianna *et al.* (2012), o *design thinking* é um tipo de pensamento que busca, através de questionamentos, o entendimento de um determinado

fenômeno. Dessa forma, elaboraremos perguntas que serão respondidas a partir das informações coletadas da vivência dos atores envolvidos no problema, fazendo com que a solução se encaixe no problema, e não a partir do pensamento que o criou.

Assim sendo, o projeto terá início a partir da imersão, seguirá para fase de ideação, finalizando-se com a prototipação. Nessa última, é o momento no qual se pretende validar as ideias apresentadas pelos usuários e, com isso, reduzir as incertezas em relação à proposta de padronização de fluxo apresentada e chegar o mais próximo do produto acabado, mostrando, assim, um protótipo de interface, por meio do software Bizagi, em que se possa identificar, através de simulações, os possíveis problemas, bem como possibilitar testes de hipóteses.

Por fim, espera-se, com isto, a proposição de um modelo de padronização de processos eletrônicos que valorize o pilar humano da sustentabilidade, a qualidade de vida no trabalho, além de fortalecer a transparência, a agilidade e a eficiência pública.

3. REVISÃO DE LITERATURA

As dimensões social, ambiental e econômica são imprescindíveis para o equilíbrio da relação humana com o meio em que se vive, mas outras áreas devem ser adicionadas para uma discussão multifacetada e complexa que envolve esse núcleo do desenvolvimento sustentável (WITULSK; DIAS, 2020). Neste estudo, serão utilizadas, na análise, as dimensões social, ambiental, econômica, ética e tecnológica, as quais considera-se relevante destacar pelo significado e relevância que têm no desafio por um mundo mais sustentável.

O viés das discussões é a utilização de mecanismos que associam os interesses humanos e ambientais de modo intergeracional e, para isso, Sachs (1993) destaca que é necessário pensar sustentavelmente, de tal maneira que os danos ao ecossistema sejam minimizados, que o uso de recursos renováveis seja incentivado, que o consumo seja ressignificado, que a produção de insumos tecnológicos seja eficiente e tenham baixo impacto ambiental, e que normas sejam estabelecidas e, principalmente, cumpridas.

Cruz e Ferrer (2015) são categóricos ao afirmar que a construção de um modelo socialmente sustentável deve ser norteadada pela dimensão tecnológica, e que as dimensões tradicionais estão inevitavelmente atreladas a este aspecto no contexto atual. Logo, a importância do equilíbrio entre as dimensões traz a harmonia necessária para que se alcance a estabilidade do planeta e a verdadeira sustentabilidade (SOUZA; MAFRA, 2014).

A e-governança sustentável surge como uma nova linha de pesquisa que começa a tomar forma a partir do entendimento de como a sua prática pode ser entendida de um ponto de vista sustentável, já que a sustentabilidade se destaca como um elemento indispensável a ser considerado sob diversos ângulos. Cabe destacar que esta abordagem não está direcionada às iniciativas de e-governança sustentável, mas a como essas ações podem ajudar na prática pública de longo prazo (LARSSON; GRONLUND, 2016).

Trata-se, portanto, de uma abordagem multidisciplinar (ESTEVEZ; JANOWSKI, 2013), que enxerga na governança eletrônica soluções que possam favorecer o desenvolvimento sustentável para, a partir disso, desenvolver mecanismos que considerem o impacto das ações humanas presentes nas necessidades das gerações futuras. Além disso, a atuação do governo, no que diz respeito ao compartilhamento dessa responsabilidade com os demais atores sociais, inclusive não estatais, por meio da participação eletrônica, é uma condição *sine qua non* para que todos os grupos atuais e futuros tenham suas necessidades atendidas (ESTEVEZ; JANOWSKI; DZHUSUPOVA, 2013).

Logo, o pensar sustentável no contexto da Administração Pública é um compromisso da sociedade contemporânea e, claro, não se trata de um contexto simplista, sobretudo porque qualquer tentativa reducionista, quando se fala sobre desenvolvimento sustentável, vai de encontro à verdade. Tem-se, portanto, um cenário de interação complexo e multifacetado (LARSSON; GRONLUND, 2016), que envolve diversos agentes e que, por isso, é necessário incutir uma linha de pensamento que provoque uma reflexão acerca de diferentes iniciativas que moldam o futuro da governança eletrônica em um contexto social (LARSSON; GRÖNLUND, 2014).

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Do Eletrônico ao Digital**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/ptbr/estrategia-de-governanca-digital/do-eletronico-ao-digital>. Acesso em: maio de 2021.
- CALISTA, Donald J.; MELITSKI, James. **E-government and e-governance: converging constructs of public sector information and communications technologies**. PAQ Spring, p. 87-120, 2007.
- CRUZ, P. M.; REAL FERRER, G. Direito, Sustentabilidade e a Premissa Tecnológica como Ampliação de seus Fundamentos. **Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos**, v. 36, n. 71, p. 239, 2015.
- ESTEVEZ, E.; JANOWSKI, T. *Electronic Governance for Sustainable Development - Conceptual framework and state of research*. **Government Information Quarterly**, v. 30, n. SUPPL. 1, p. S94- S109, 2013.
- ESTEVEZ, E.; JANOWSKI, T.; DZHUSUPOVA, Z. **Electronic Governance for sustainable development - How EGOV solutions contribute to SD goals? The Proceedings of the 14th Annual International Conference on Digital Government Research**. Anais...2013.
- GLYBOVETS, Andrii; ALHAWAWSHA, Mohammad. **E-government versus smart government: jordan versus the United States**. *Business, Management and Accounting*, n. 3, p. 3-11, 2017.
- GRÖNLUND, Å.; HORAN, T. A. **Introducing e-Gov: History, Definitions, and Issues**. **Communications of the Association for Information Systems**, v. 15, n. June, 2005.
- LARSSON, H.; GRÖNLUND, Å. *Future-oriented eGovernance: The sustainability concept in eGov research, and ways forward*. **Government Information Quarterly**, v. 31, n. 1, p. 137-149, 2014.
- LARSSON, H.; GRÖNLUND, Å. *Sustainable eGovernance? Practices, problems and beliefs about the future in Swedish eGov practice*. **Government Information Quarterly**, v. 33, n. 1, p. 105-114, 2016.
- MOON, M. Jae. *The Evolution of e-government among municipalities: rhetoric or reality?*. **Public Administration Review**, v. 62, n. 4, p. 424-433, 2002.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (Comp.). **Estudo sobre governo eletrônico da Organização das Nações Unidas**, 2018. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, 2018.
- POUGEL, F.; BONNEL, S.; BEIER, G. *E-Gov and Sustainability: a Literature Review*. **Journal of Innovations and Sustainability**, v. 4, n. 1, p. 9-54, 2018.
- SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XX**. São Paulo: Editora Brasiliense: ENAP, 1993.
- SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2008.
- SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.
- SOMA, K. et al. *Introduction article: Informational governance and environmental sustainability*. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 18, p. 131-139, 2016.

SOUZA, M. C. DA S. A. DE; MAFRA, J. R. M. **A sustentabilidade e seus reflexos dimensionais na avaliação ambiental estratégica**: o ciclo do equilíbrio do bem-estar. Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito. Anais. 2014.

VIANNA Mauricio; VIANNA Ysmar; ADLER Isabel K.; LUCENA, Brenda; RUSSO, Beatriz. **Design Thinking**: Inovação em Negócios. Rio de Janeiro: MJV Press, 2012.

WITULSKI, N.; DIAS, J. G. *The Sustainable Society Index: Its reliability and validity*. **Ecological Indicators**, v. 114, n. Janeiro, p. 1–10, 2020.

GESTÃO DE PROCESSOS: UMA PROPOSTA SUSTENTÁVEL PARA O PROCESSO DE DESFAZIMENTO DE BENS EM UMA IFES

Felipe Oliveira Lócio²⁵

Carlos David Cequeira Feitor²⁶

1. INTRODUÇÃO

1.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O TEMA

Os impactos negativos provocados pelo homem na natureza são cada vez mais evidentes. A perda da biodiversidade, os efeitos climáticos e o acúmulo de resíduos sólidos são apenas algumas das consequências geradas pelas ações diárias dos indivíduos na sociedade contemporânea, dentre essas, o consumo desenfreado de bens.

A partir desse contexto, a temática da sustentabilidade passa a ser, cada vez mais, uma demanda da sociedade contemporânea, inclusive para os órgãos públicos. Logo, é preciso empregar um modelo de desenvolvimento que atenda às necessidades do presente sem colocar em risco a capacidade de as próximas gerações realizarem, também, as suas próprias necessidades (ADAMS, 2016).

1.2 JUSTIFICATIVA

A proposta de contribuir para o melhor aproveitando dos bens móveis recolhidos pelas diversas unidades da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a partir do redesenho do seu processo de desfazimento, é resultado da experiência vivenciada pelo pesquisador na comissão de classificação, avaliação e desfazimento de bens móveis inservíveis desta instituição. Assim, a partir do contato com diversos materiais que poderiam ser reutilizados em outras áreas e eram meramente armazenados à espera do seu descarte, surgiu a inquietação de colaborar para o aprimoramento das atividades executadas em direção a um consumo mais consciente e sustentável.

Do ponto de vista institucional, é importante perceber que a UFRN possui um plano de gestão de logística sustentável que contempla, dentre outros temas, as

²⁵ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: felipe.locio@ufrn.br

²⁶ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: Carlos.feitor@ufrn.br

compras e as contratações sustentáveis, mas que não aborda a racionalização do uso desses bens após adquiridos de modo a obter deles uma maior vida útil. Desse modo, o desenvolvimento do presente estudo mostra-se relevante ao contribuir para o preenchimento dessa lacuna identificada a partir da proposição de ações que promovam a maior reutilização de bens. Além disso, diante dos cortes no orçamento discricionário das universidades, esse trabalho justifica-se pelo seu potencial de proporcionar economia de gastos para a organização com a supressão da necessidade de compra de novos bens. Nesse sentido, a magnitude da despesa pode ser compreendida ao se observar que a UFRN, entre os anos de 2018 e 2020, empenhou mais de R\$ 17 milhões apenas na aquisição de novos computadores e mobiliário (BRASIL, 2021).

Por fim, na perspectiva científica, a pesquisa de Moreira e Costa (2018) revela que existe um amplo campo de estudo para o desenvolvimento de projetos de intervenção que enfoquem o mapeamento e a avaliação de processos em instituições públicas. Logo, esta pesquisa pretende contribuir para os estudos sobre o gerenciamento de processos ao fornecer uma experiência da sua prática efetiva, de forma a colaborar com futuras pesquisas nessa área.

1.3 PROBLEMÁTICA E QUESTÃO-PROBLEMA

Na UFRN, onde se encontra o lócus deste estudo de caso, observa-se a existência de uma política institucional desarticulada e pouco efetiva para a promoção da reutilização de bens recolhidos. O resultado de tal prática é o aumento da quantidade de itens alienados com a respectiva imposição de adquirir novos na mesma proporção.

Essa problemática já foi observada em alguns estudos. Ao discutir a gestão patrimonial na UFRN, Matias (2015) comenta que, entre os bens recolhidos, é possível encontrar alguns em perfeito estado de conservação que são tratados como lixo. Já para Viana (2017), inúmeros bens que são desfeitos pela instituição encontram-se passíveis de novo uso por outras unidades administrativas.

Portanto, sabendo da importância de se prolongar o uso dos bens móveis e reduzir o acúmulo de materiais descartados, surge a questão central desta pesquisa: como estimular a reutilização de bens móveis pelos setores da UFRN a partir do redesenho do atual processo de desfazimento da instituição?

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

A partir do contexto exposto, este estudo tem como objetivo geral apresentar uma proposta de intervenção para o processo de desfazimento de bens móveis

inservíveis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com foco na melhor reutilização dos bens recolhidos.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Enquanto objetivos específicos, foram definidos:
- Mapear o processo de desfazimento de bens móveis inservíveis;
- Elaborar diagnóstico da situação atual do processo;
- Realizar o redesenho do processo;
- Desenvolver manual de desfazimento de bens.

2. METODOLOGIA

A pesquisa será desenvolvida no contexto de trabalho da Divisão de patrimônio que integra a estrutura da Diretoria de Logística (DLOG) da UFRN.

Quanto à caracterização do estudo, esse projeto apresenta-se como sendo exploratório-descritivo, com caráter aplicado, visto que se propõe a detalhar o estado atual do processo de desfazimento de bens inservíveis no contexto da UFRN, de modo a evidenciar os problemas encontrados, com o objetivo de subsidiar a proposição de ações de melhoria e, assim, alcançar um melhor nível de reaproveitamento dos bens recolhidos. No tocante ao método, esta pesquisa classifica-se como estudo de caso.

Para a consecução dos objetivos definidos, serão empregados como instrumentos de pesquisa e coleta de dados as pesquisas bibliográfica e documental, a partir do levantamento de estudos referentes ao tema e de relatórios extraídos dos sistemas de gestão da UFRN. Em um segundo momento, serão utilizadas as técnicas de observação direta da realidade, aplicação de questionários à comunidade acadêmica, e realização de entrevista semiestruturada com os chefes das unidades responsáveis pela condução do processo de desfazimento de bens.

A notação *BPMN (Business Process Model and Notation)* e o *software Bizagi Modeler - versão 3.8.0.191* serão utilizados para o mapeamento do processo em estudo.

3. PRODUTO FINAL

O produto final desta pesquisa será composto por um diagnóstico institucional acerca do processo de desfazimento de bens móveis classificados como inseríveis, de modo a evidenciar os aspectos que dificultam a obtenção de melhores níveis de reutilização desse material. Vislumbra-se, ainda, o desenvolvimento de

um plano de intervenção para suprir as eventuais lacunas identificadas e, assim, alcançar o objetivo geral proposto pelo estudo. Por fim, tendo em vista a necessidade de regulamentar e padronizar o processo de desfazimento de bens no âmbito da UFRN, o presente trabalho propõe-se a elaborar um manual que apresente conceitos, princípios, diretrizes e procedimentos relacionados à temática.

4. REVISÃO DE LITERATURA

Todas as organizações, sejam públicas ou privadas, requerem um conjunto de processos e pessoas capazes de conduzi-los corretamente para o alcance dos seus objetivos institucionais, considerando que dispõem de limitações em seus recursos e, assim, precisam orientar suas ações para o não desperdício. Nesse sentido, a gestão por processos surge como uma abordagem integrada que tem como objetivo a obtenção de melhores resultados por meio da melhoria dos processos de trabalho. De forma a corroborar, Davenport (1994) entende a gestão por processos como uma atividade necessária para assegurar que as organizações alcancem seus objetivos e permaneçam eficazes, otimizando os seus resultados com o mínimo de recursos.

No que lhe diz respeito, o mapeamento de processos é apontado como o primeiro estágio para a implementação da gestão por processos em todas as organizações (SCHLOSSER, 2014). A partir do uso dessa técnica, é possível identificar, representar, visualizar e analisar, de forma clara e simples, o funcionamento dos processos de negócios, bem como perceber possíveis falhas e potenciais melhorias na execução das suas atividades (LOSEKAN et al., 2012). Logo, é uma importante ferramenta para a transformação dos processos.

Por se propor a analisar o sistema de desfazimento de bens em uma universidade pública, é fundamental que o presente trabalho apresente a legislação pertinente ao tema, pois, conforme expresso por Meirelles (2016), o administrador público está sujeito ao regramento fixado em lei e à imposição do bem comum, e deles não pode se distanciar, sob pena de executar ato ilícito e incorrer em sanções nos campos disciplinar, civil e criminal.

Por fim, é possível observar que a temática da sustentabilidade tem sido objeto de estudo por parte de diversos pesquisadores em virtude da necessidade proeminente de se conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental. Assim, além de apresentar as contribuições de trabalhos relacionados à destinação sustentável de bens patrimoniais inservíveis, no contexto das instituições federais de ensino, serão abordados os conceitos de sustentabilidade e sua adesão na esfera do poder público.

REFERÊNCIAS

ADAMS, W. M. (2006). **The Future of Sustainability: Re-Thinking Environment and Development in the Twenty-First Century.** The World Conservation Union, 2006. Disponível em: <https://www.informea.org/en/literature/future-sustainability-re-thinking-environment-and-developmenttwenty-first-century>. Acesso em: 23 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. **Painel de Compras.** Brasília, 2021. Disponível em: <http://painelcompras.economia.gov.br/empenhos>. Acesso em: 15 jun. 2021.

COSTA, M. T. P.; MOREIRA, E. A. Gestão e mapeamento de processos nas instituições públicas: um estudo de caso em uma universidade federal. **Revista Gestão Universitária na América Latina - Gual**, [s.l.], p. 162-183, 1 jan. 2018. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2018v11n1p162>.

DAVENPORT, T. H. **Reengenharia de Processos.** São Paulo, Campus, 1994.

LOSEKAN, A.G. *et al.* **Análise e mapeamento de processo em uma Instituição Pública de ensino Superior.** [Anais] - Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão – SEPE, Santa Maria/RS, 2012.

MATIAS, Anderson Cortez. **Gestão Patrimonial:** contribuição para o controle de bens móveis na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2015. Dissertação (Mestrado em Aprendizagem em Organizações) - Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro.** 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

SCHLOSSER, A. L. da C. **Mapeamento e Gestão de Processo Aplicados na pró-reitoria de Infraestrutura da Universidade Federal de Santa Maria.** 2014. 160f. Dissertação. (Mestrado Profissional em Gestão das Organizações Públicas) - Universidade Federal de Santa Maria, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/4685>. Acesso em: 04 jul. 2021.

VIANA, W. M. **Design colaborativo na construção de um projeto para divulgação de bens descartados na Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte.** 2017. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Design, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.



EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL: UMA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO DE BASE DE DADOS EM UMA IES BRASILEIRA

Girliane Fernandes Ferreira da Silva²⁷

Yanko Marcus de Alencar Xavier²⁸

1. INTRODUÇÃO

1.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O TEMA

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), através de seu Plano Estratégico de Internacionalização, tem como um de seus objetivos, enquanto instituição, fortalecer-se de forma acadêmica e científica. Dentro desse contexto, um dos seus pilares é a Mobilidade Acadêmica Internacional, que auxilia a universidade no caminho para alcançar o objetivo desejado, promovendo a internacionalização da UFRN e o intercâmbio entre alunos de todo o mundo.

Compreende-se como Mobilidade Acadêmica quando um discente cursa componentes curriculares de seu curso em uma universidade parceira, podendo aproveitar as disciplinas cursadas quando retornar para dar continuidade à sua graduação.

Hoje, o processo de intercâmbio inicia-se através do lançamento do Edital de Seleção do Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional (PMAI), coordenado pela Secretaria de Relações Internacionais (SRI), no início do semestre letivo, no qual os alunos têm a oportunidade de se inscrever, trazendo com eles uma oportunidade escolhida. Isso é definido pelas estratégias acadêmicas para a internacionalização, encontrada na RESOLUÇÃO nº 052/2018 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), de 30 de abril de 2018, que dispõe o seguinte sobre o Plano Estratégico de Internacionalização da UFRN: “Processo acadêmico de mobilidade discente, baseada na escolha de instituições e componentes curriculares pelos próprios alunos, mas com a aprovação dos Coordenadores de Curso”.

²⁷ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: girlianefernandes@hotmail.com

²⁸ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: yanko.xavier@gmail.com

1.2 JUSTIFICATIVA

Tão importante para a Universidade, a mobilidade está presente no Plano de Gestão UFRN – 2019-2023, cujo objetivo estratégico é promover a excelência no ensino, na pesquisa, na extensão e na inovação.

Desenvolver uma base de dados com as oportunidades para os discentes faz com que as ofertas destinadas a eles possam ser estudadas em tempo suficiente para serem aproveitadas. A base de dados consta no site da Secretaria de Relações Internacionais, sendo alimentada pelo setor de mobilidade acadêmica internacional através do gerenciador de portais da UFRN.

1.3 PROBLEMÁTICA E QUESTÃO-PROBLEMA

Observamos que a dinâmica atual não está sendo de total eficiência, pois as ofertas vindas dos parceiros internacionais chegam ao conhecimento da SRI e dos alunos muitas vezes não podendo mais serem aproveitadas naquele semestre, uma vez que as inscrições do Edital de Seleção do PMAI, as quais duram em torno de 30 dias, com os critérios de classificação dos alunos para a mobilidade, já se encontram encerradas.

A orientação é a de que os discentes se inscrevam no edital caso eles possuam interesse em realizar uma Mobilidade, mesmo que ainda não haja uma oferta em vista. Mas o que acontece é que o período de inscrição para o edital encerra-se e os discentes não fazem a inscrição. Quando uma oferta dos nossos parceiros internacionais chega e a SRI faz a divulgação, os alunos que desejam fazer parte da seleção não podem fazê-lo, dado o encerramento das inscrições do Edital do PMAI. Portanto, o discente que não realizou a sua candidatura não consegue participar da oferta.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Desenvolver uma base de dados com a finalidade de inserir nela as oportunidades de mobilidade para que essas ofertas possam ser estudadas pelos discentes em tempo suficiente para serem aproveitadas.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Aperfeiçoar a metodologia das ofertas de vagas, trazendo melhorias para o processo organizacional; Produzir um novo modelo de gestão de ofertas de vagas; Acompanhar as ofertas de vagas de mobilidade acadêmica;
- Aumentar a eficiência quanto à utilização das ofertas de intercâmbio.

2. METODOLOGIA

O método utilizado na pesquisa será a Pesquisa de Campo, pois é exigido que haja um contato mais direto com a população pesquisada, podendo reunir informações completas para serem documentadas. Além disso, utilizaremos a pesquisa bibliográfica, para realizar a coleta de informações através de livros, artigos e revistas científicas para aplicação de citações.

O instrumento de pesquisa será a entrevista; através dela poderemos obter as informações necessárias para a investigação, possibilitando a obtenção dos dados.

Partindo do problema, as abordagens realizadas serão a quantitativa e a qualitativa, assim conseguiremos, na pesquisa quantitativa, obter os números que comprovem os objetivos gerais da pesquisa e, na pesquisa qualitativa, entender a matéria e os detalhes das informações encontradas.

3. PRODUTO FINAL

Almeja-se desenvolver uma base de dados, inserindo nela as vagas de Mobilidade Acadêmica Internacional para os alunos de graduação. Essa base serviria para a visualização das ofertas que, posteriormente, seriam colocadas no edital PMAI. A base de dados com as informações da vaga, como universidade, curso, componentes curriculares e deadline, estaria localizada na página oficial da SRI, à qual os discentes terão acesso, podendo estudar qual ou quais oportunidades lhes interessam para uma possível candidatura.

A Secretaria de Relações Internacionais (SRI), através do setor de Mobilidade, entraria em contato com as instituições com as quais a UFRN possui Acordo Internacional, solicitando que enviassem as oportunidades de vagas de intercâmbio para os nossos alunos de graduação, em tempo prévio, e alimentaria a base de dados durante o semestre anterior ao lançamento do Edital de seleção do PMAI. Assim, os alunos teriam o conhecimento das futuras ofertas de mobilidade.

Com a base de dados alimentada, as oportunidades seriam lançadas no edital de mobilidade, com a quantidade de cada oferta por universidade e curso. Uma vez que seria realizada uma etapa anterior de levantamento de vagas com as universidades parceiras, haveria, de forma objetiva e direta, as vagas a serem oferecidas para os alunos da UFRN naquele semestre.

4. REVISÃO DE LITERATURA

4.1 EDUCAÇÃO

É direito fundamental de qualquer cidadão brasileiro o acesso à educação, sendo esta uma mola propulsora capaz de intensificar as habilidades intelectuais do ser humano. A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) 1988, em seu artigo 205, diz que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

4.2 MOBILIDADE ACADÊMICA

Mas o que é mobilidade acadêmica? É o processo que permite que um discente matriculado em uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) possa cursar componentes curriculares em outra universidade e, após esse período, retorne à sua instituição de origem para dar continuidade aos seus estudos. Através da mobilidade acadêmica, o discente vivencia outra cultura, aprimora outro idioma e eleva o seu currículo para outro nível. Embora desafiadora, o resultado de uma Mobilidade produz uma variedade de possibilidades para o aluno, na área acadêmica, no campo profissional e, também, em sua vida pessoal. Para OLIVERIA e FREITAS (2016),

Os programas de mobilidade acadêmica são uma das principais modalidades de cooperação acadêmica internacional que vêm sendo implementadas mundialmente para efetivação e fortalecimento do processo de internacionalização do ensino superior. Embora não seja um fenômeno novo, a mobilidade acadêmica tem se constituído em uma categoria de estudo muito relevante neste início de século devido à intensidade com que tem se manifestado.

Com vista ao fortalecimento do valor da mobilidade acadêmica, observa-se que é importante implantar um processo de inovação com o intuito de atender a uma necessidade institucional. Segundo os autores Souza e De Fátima Bruno-Maria (2013),

No contexto organizacional, a inovação é usualmente apontada como mecanismo central de renovação nas organizações. Sob a forma do desenvolvimento e da implementação de novos produtos, novas tecnologias, novos processos de produção e novos

métodos gerenciais, as inovações exercem considerável influência no modo como as organizações são estruturadas e geridas.

4.3 PLANEJAMENTO

Podemos traduzir gestão de processos como um grupo de práticas que possui como finalidade promover a melhoria nos processos da organização. Nesse sentido, o mapeamento dos processos torna possível o alcance dos objetivos na instituição. O processo organizacional permite que as atividades relacionadas entre si colaborem para o seu bom funcionamento, com o intuito de atender às demandas da organização.

Um bom planejamento é necessário para que se construa um banco de dados ,objetivando que se aproveite o maior número de ofertas de mobilidade acadêmica. Para não colocar em risco a execução e o objetivo geral, é significativo ponderar sobre a necessidade de um planejamento: o planejamento é o processo que objetiva orientar o sistema de decisões que afetam o futuro, visando reduzir a incerteza (CARRANZA, 2014, p. 55).

4.4 BASE DE DADOS

Através do problema identificado, para o seu aperfeiçoamento, entendeu-se que era preciso aplicar uma remodelagem ao processo, com o propósito de melhorar as atividades da seleção de mobilidade do início ao fim. Nesse sentido, desenvolver uma base de dados com a finalidade de tornar público e de dar tempo suficiente para o estudo das ofertas de mobilidade torna possível o aproveitamento do maior número de oportunidades oriundas das universidades parceiras e destinadas a alunos da UFRN.

Essa base de dados veio também para cumprir o que se explana na Constituição Federal de 1988, Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. De acordo com o princípio da Publicidade, Art. 37, CRFB 1988, XXII, §1, é responsabilidade da administração difundir os seus atos a uma ampla divulgação, inclusive e principalmente quando os administrados forem atingidos diretamente pela prática do ato.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 de jun. de 2021;

CARRANZA, Giovana. **Administração Geral e Pública**. Editora Juspodivm, 2014.

OLIVEIRA, Adriana Leonidas de; FREITAS, Maria Ester de. Motivações para mobilidade acadêmica internacional: a visão de alunos e professores universitários. **Educação em Revista**, v. 32, n. 3, p. 217- 246, 2016.

SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **Edital de Seleção do Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional (PMAI)**, Disponível em: <http://www.sri.ufrn.br/noticia.php?id=34637994&l=edital#.YnfqqOhKjCl>. Acesso em: 01 de jun. de 2021.

SOUZA, Jonilto Costa; DE FÁTIMA BRUNO-FARIA, Maria. Processo de inovação no contexto organizacional: uma análise de facilitadores e dificultadores. **BBR-Brazilian Business Review**, v. 10, n. 3, p. 113-136, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Plano Estratégico de Internacionalização da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - RESOLUÇÃO N° 052/2018-CONSEPE**, de 30 de abril de 2018. Disponível em: https://www.ufrn.br/resources/documentos/planos/plano_Estrategico_de_internacionalizacao_da_UFRN.pdf. Acesso em: 01 jun. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Plano de Gestão UFRN / 2019 – 2023** Disponível em: https://ufrn.br/resources/documentos/planodegestao/Plano_de_Gestao_20192023.pdf. Acesso em: 01 jun. 2021.



GESTÃO E TECNOLOGIA

DESENVOLVIMENTO DE UM MODELO DE TUTORIAL PARA UMA PLATAFORMA COMPUTACIONAL EM SERVIÇOS DE SAÚDE

Juliana Marinho de Oliveira Dantas²⁹
Adriano Charles da Silva Cruz³⁰

1. INTRODUÇÃO

1.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O TEMA

Com o aumento da utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nas últimas décadas, aliado a um acesso cada vez mais amplo à internet (SANDERS *et al.*, 2018), as ferramentas digitais estão sendo aplicadas nos mais diversos segmentos da atividade humana, como educação, saúde e cultura. Nesse cenário, os sistemas de informação, cujo objetivo principal é armazenar, gerenciar e compartilhar dados, são gerenciados para transformar os dados de forma a criar informações de valor comercial (BARROCA FILHO *et al.*, 2020).

Na área da saúde, tem crescido o esforço para a aplicação de sistemas de informação, não só pela necessidade de reduzir gastos com o atendimento de pacientes em todo o mundo, conforme indicado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), mas também para otimizar os serviços oferecidos e melhorar a assistência à população. Assim, em muitos países, estão sendo realizados trabalhos sobre a implementação de sistemas de informação em saúde (SIS) e registros eletrônicos de saúde (RES) (AYENI *et al.*, 2018).

1.2 JUSTIFICATIVA

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), pensando em melhorar o SIS, propôs o desenvolvimento de uma plataforma de *software*, denominada SigSaúde, para o gerenciamento de dados de saúde por meio de prontuário eletrônico em ambiente clínico-escolar (BARROCA FILHO *et al.*, 2019).

O SigSaúde foi pensado e desenvolvido como solução aos desafios de promover uma melhor gestão dos serviços escolares prestados pela UFRN, além de qualificar os processos técnicos de acolhimento e tratamento dos pacientes que

²⁹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: juliana.marinho@ufrn.br

³⁰ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: adrianocharles@gmail.com

os utilizam, cadastrando e organizando dados que também poderão ser utilizados para pesquisas clínicas e epidemiológicas, respeitando a natureza confidencial das informações (BARROCA FILHO *et al.*, 2019).

O desafio de implantar novos sistemas ainda é grande, e alguns fatores devem ser considerados nesse processo, como a necessidade de treinamento dos profissionais que terão acesso à plataforma. Portanto, a capacitação dos usuários é fundamental para tornar o seu uso eficiente. A utilização de ferramentas de tecnologia pode facilitar a implementação do novo sistema, ampliando seu uso em todas as unidades de ensino em saúde e contribuindo para melhorar a assistência aos pacientes e a gestão dos serviços escolares oferecidos pela UFRN.

1.3 PROBLEMÁTICA E QUESTÃO-PROBLEMA

No Brasil, em muitos serviços de saúde, ainda predomina a utilização de prontuários físicos em papel. Nesse cenário, o RES do paciente surge como um modelo desejável para a organização das informações em saúde, apresentando-se como um instrumento auxiliar nas ações relacionadas à atenção à população, independentemente da localização do paciente e do profissional que está promovendo o cuidado (MOURÃO; NEVES, 2007).

Motivados a consolidar o uso do SigSaúde e oferecer soluções promissoras aos serviços de saúde com o novo sistema da UFRN, os desenvolvedores da plataforma marcaram vários treinamentos com diferentes setores para estimular a adesão ao processo. Dessa forma, o processo de implementação tornou-se lento e com resultados aquém do esperado. Nesse contexto, diante do desenvolvimento de novas ferramentas tecnológicas direcionadas para a área da saúde, como facilitar a implementação desses sistemas em um maior número de serviços?

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

O objetivo desse estudo é desenvolver um modelo de vídeo tutorial que possa ser replicado e empregado para auxiliar, de forma prática, os profissionais de saúde na utilização das ferramentas do SigSaúde, o novo SIS da UFRN.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Realizar um diagnóstico das principais dúvidas que surgem com o uso da plataforma;
- Identificar as melhores ferramentas tecnológicas para a produção de vídeo; Produzir um modelo de vídeo tutorial em ensino (VTE).

2. METODOLOGIA

Será realizado um estudo descritivo visando ao diagnóstico das principais dúvidas que surgem com o uso da plataforma a partir do levantamento de informações. Para alcançar esse objetivo, será aplicado um questionário, seguido da análise qualitativa e quantitativa dos dados, que, por sua vez, servirá de base para a elaboração do modelo de tutorial.

De acordo com Leão (2016, p. 121), o questionário “consiste basicamente em traduzir em itens bem redigidos as informações que se deseja obter”. Portanto, a elaboração desse instrumento de coleta será realizada em conjunto com os desenvolvedores da plataforma, para que as perguntas estejam alinhadas com os objetivos deste projeto.

Com o diagnóstico elaborado a partir dos dados obtidos, será efetuada uma pesquisa bibliográfica para identificar as ferramentas e técnicas mais indicadas para a produção de tutoriais em vídeos cujo objetivo será esclarecer as principais dúvidas dos usuários do SigSaúde. Segundo o conceito apresentado por Leão (2016, p. 113), a “pesquisa bibliográfica é o ato de ler, selecionar, fichar e arquivar tópicos de interesse para a pesquisa”.

Ainda como procedimento técnico, também poderão ser utilizadas fontes secundárias de dados, como apresentações internas dos desenvolvedores baseadas nos treinamentos já realizados e relatórios de utilização do sistema.

Será, portanto, uma pesquisa aplicada, pois visa encontrar uma solução para as dificuldades com o uso da nova plataforma que está sendo implementada, através de um modelo para a produção de VTE que, por sua vez, poderão ser acessados por qualquer usuário.

Para que o projeto seja bem desenvolvido, também será necessário o envolvimento de outros setores da UFRN, possibilitando um trabalho interdisciplinar com equipes de formações variadas que poderão auxiliar com suas experiências e conhecimentos ligados principalmente ao uso de TIC na área de saúde e educação.

3. PRODUTO FINAL

O produto final consiste em um modelo de VTE com característica de curta duração, objetividade, *design* adequado e fácil entendimento, que seja disponibilizado para uso na própria plataforma ou em aplicativos vinculados ao sistema, e que possa direcionar a produção de outros vídeos para os usuários que utilizarão as ferramentas do SigSaúde.

4. REVISÃO DE LITERATURA

4.1 TECNOLOGIA EM SAÚDE

As TIC voltadas para a área da saúde possuem diversas ferramentas desenvolvidas para dar suporte ao armazenamento, ao gerenciamento e ao compartilhamento de dados e informações, possibilitando o processamento e a utilização dos mesmos em tempo real por profissionais, estudantes, pacientes e familiares. O uso de tais tecnologias tem sido difundido em todo o mundo, facilitando a criação de uma rede de informações que permite colaborar com o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da assistência em saúde. (BARRA *et al.*, 2017)

Sem um sistema adequado de informações em saúde, a criação, o armazenamento e a recuperação das informações dos pacientes atendidos são feitos de forma trabalhosa e redundante, exigindo muito tempo e esforço para documentar e permitir o compartilhamento dessas informações para todos os profissionais que delas necessitam (MOURÃO; NEVES, 2007).

A área de saúde é uma das mais críticas do Brasil e os avanços em tecnologia da informação são essenciais para a disseminação do conhecimento médico, melhorando a assistência ao paciente, diminuindo a margem de erro e aumentando a qualidade da informação referente à história clínica do indivíduo. O foco no processo de trabalho em saúde, ou seja, no registro eletrônico de saúde, possibilita a visão multi-institucional, multiprofissional e de continuidade da assistência (MOURÃO; NEVES, 2007).

4.2 PRONTUÁRIO ELETRÔNICO DO PACIENTE (PEP)

As primeiras tentativas de se implantar o prontuário eletrônico aconteceram na última década, com os primeiros sistemas de informação hospitalar que tinham como objetivo principal a comunicação entre os diversos setores do hospital, não havendo, a princípio, uma finalidade clínica real. A evolução desses sistemas para armazenar as informações do prontuário médico foi marcada por um estudo feito pelo *Institute of Medicine* (IOM) dos Estados Unidos, cujas conclusões possibilitaram uma visão de viabilidade do processo, além de declarar o prontuário eletrônico como uma tecnologia essencial para organizar as informações para ensino, pesquisa e melhoria da qualidade da assistência à saúde (MOURÃO; NEVES, 2007).

O PEP constitui-se de um banco de dados de informações sobre a história clínica do paciente e seu objetivo é permitir o armazenamento e a recuperação de eventos clínicos de um indivíduo de forma que os profissionais de saúde pos-

sam ter acesso a eles, possibilitando assim uma melhor assistência ao usuário (MOURÃO; NEVES, 2007).

4.3 DIFICULDADES NA IMPLANTAÇÃO DO PEP

Apesar de constatada a importância do PEP, a adoção do prontuário eletrônico não acontece com a rapidez e a facilidade esperadas. Vários são os fatores que dificultam a implantação, sendo que alguns dos aspectos mais citados na literatura estão relacionados ao próprio profissional: a resistência em utilizar o computador, a alteração de seus processos de trabalho, e o impacto no relacionamento com o paciente (MOURÃO; NEVES, 2007).

Em Monte Carlos (MG), um estudo sobre a existência do prontuário eletrônico na atenção primária evidenciou, na verdade, o acúmulo de fichas individuais em envelopes apresentando condições precárias, como rasuras, preenchimentos inadequados, incompletos, ilegíveis e com informações sucintas. Essas condições corroboram a falta de segurança, a confiabilidade e a fragilidade no apoio à decisão clínica, prejudicando o atendimento ao usuário da rede de assistência e dificultando a atuação dos profissionais e gestores (GONÇALVES *et al.*, 2013).

O desafio para a implantação de um PEP ainda é grande, assim como a sua complexidade. A utilização do prontuário eletrônico não tem sido dificultada necessariamente pela tecnologia, mas está relacionada à forma de trabalho dos profissionais ou é de natureza organizacional. Não basta que os sistemas estejam integrados, é necessário que os profissionais também estejam (MOURÃO; NEVES, 2007).

Portanto, assim como todo novo sistema de informação, deve-se considerar o custo para a implantação dessa ferramenta e a necessidade de treinamento dos profissionais que terão acesso ao PEP, além do investimento em segurança, a fim de garantir o sigilo das informações dos usuários (GONÇALVES *et al.*, 2013).

4.4 PLATAFORMAS DE SOFTWARE

As plataformas de software são ferramentas de gerenciamento de desempenho inerentemente interativas, atuando como um sistema de entrega de informações em camadas que apresentam em uma única tela as informações essenciais sobre objetivos estratégicos, permitindo que os gestores possam mensurar, monitorar e gerenciar o desempenho de forma mais eficaz (GHAZISAEIDI *et al.*, 2015).

O uso de uma plataforma não é algo novo na área da saúde, e estudos mostram que há correlação entre a implantação e a melhoria da qualidade na prestação de serviços de saúde. Por exemplo, um painel pode conscientizar os gestores

sobre as áreas em que a instituição de saúde está com baixo desempenho ou que não estavam sendo acompanhadas por eles (BARROCA FILHO *et al.*, 2020).

A literatura é rica em relatórios sobre o uso de plataformas para aumentar a eficiência operacional e a capacidade de gerenciar atividades em unidades prestadoras de serviços de saúde. Diferentes trabalhos relataram a criação de sistemas para vários departamentos de saúde, entre os quais estão incluídos os setores de emergência, enfermagem, cuidados maternos, centro cirúrgico, laboratório, radiologia, e o serviço de controle de infecção hospitalar (BARROCA FILHO *et al.*, 2020).

REFERÊNCIAS

AYENI, F. et al. Overcoming barriers to healthcare access and delivery. **EAI Endorsed Transactions on Pervasive Health and Technology**, v. 4, n. 15, p. 1–6, 2018.

BARRA, D. C. C. et al. Métodos para desenvolvimento de aplicativos móveis em saúde: revisão integrativa da literatura. *Texto & Contexto Enfermagem*, v. 26, n. 4, p. 1–12, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/textoecontexto>. Acesso em: 24 mar. 2020. DOI <https://doi.org/10.1590/0104-07072017002260017>

BARROCA FILHO, Itamir. de Moraes *et al.* A Microservice-Based Health Information System for Student-Run Clinics. **Computational Science and Its Applications – ICCSA**, 2019, p. 3–16, 2019.

BARROCA FILHO, Itamir. de Moraes *et al.* Development of a health dashboard for an electronic health record system. **International Conference on Computational Science and Its Applications (ICCSA)**, p. 16–22, 2020.

Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007%2F978-3-030-24308-1_1. Data de acesso: 28 maio 2021. DOI https://doi.org/10.1007/978-3-030-24308-1_1

GHAZISAEIDI, M. et al. Development of performance dashboards in healthcare sector: Key practical issues.

Acta Informatica Medica, v. 23, n. 5, p. 317–321, 2015. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/9257530>. Acesso em: 28 maio 2021. DOI 10.1109/ICCSA50381.2020.00015

GONÇALVES, J. P. P. et al. Prontuário Eletrônico: uma ferramenta que pode contribuir para a integração das Redes de Atenção à Saúde. **Saúde em Debate**, v. 37, n. 96, p. 43–50, 2013.

LEÃO, L. M.; **Metodologia do estudo e pesquisa**: facilitando a vida dos estudantes, professores e pesquisadores. São Paulo: Editora Vozes, 2018.

MOURÃO, A. D.; NEVES, J. T. DE R. Impactos da Implantação do Prontuário Eletrônico do Paciente sobre o Trabalho dos Profissionais de Saúde da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia SEGET**, p. 1–16, 2007.

SANDERS, A. K. et al. **Frontier technologies for sustainable development**. World economic and social survey: Frontier technologies for sustainable development 2018, 175p. Documento das Nações Unidas, Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, 2018, p. 9-38. ISBN 978-92-1-109179-3 eISBN 978-92-1-047224-1

DESENVOLVIMENTO DE RECURSO TECNOLÓGICO PARA A GESTÃO DO CUIDADO AO PACIENTE INFANTO-JUVENIL PORTADOR DE DOENÇA RENAL CRÔNICA

Sheilla Cristina Maia Teixeira³¹

Denise Pereira Rego³²

1. INTRODUÇÃO

A forma de acesso à internet tem sido modificada nos últimos anos à medida que os computadores (*desktops* e *notebooks*) foram perdendo espaço para as suas versões móveis, no formato de *tablets* e *smartphones*. Os aparelhos celulares, que antes serviam apenas para enviar e receber ligações e/ou mensagens, ganharam nova utilidade, conforme suas funções foram ampliadas com serviços que possibilitam a seus usuários assistir a vídeos, ler livros eletrônicos, acessar mapas, navegar nas redes sociais, compartilhar informações, etc. Neste contexto, surgiram os aplicativos (*apps*), desenvolvidos especialmente para estes aparelhos (FONSECA; ALENCAR, 2017).

Sob essa perspectiva, este estudo tem por objetivo sistematizar informações que subsidiem o desenvolvimento de um aplicativo para dispositivos móveis que favoreça a promoção do autocuidado em pacientes infanto-juvenis portadores de Doença Renal Crônica (DRC) que são atendidos pelo Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL)/Empresa Brasileira Serviços Hospitalares (EBSERH).

Os aplicativos para dispositivos móveis (*smartphones*, *tablet*, *notebook*) têm sido utilizados em diversos contextos como forma de dinamizar o fluxo de dados e informações para a tomada de decisão, permitindo que o paciente possa registrar uma dúvida e a equipe que o acompanha possa fornecer um *feedback*, contribuindo, dessa forma, para a produção de conhecimento em redes e para a ampliação dos canais de comunicação, visando ao acesso aos serviços de saúde.

1.1 JUSTIFICATIVA

O interesse em realizar este estudo teve origem na trajetória profissional da autora, que há 17 anos atua como enfermeira da Unidade de Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente do HUOL, e tem vivenciado as dificuldades inerentes

³¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: enfasheilla@gmail.com

³² Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail:deniserego2@gmail.com

à internação e ao acompanhamento ambulatorial de pacientes infanto-juvenis portadores de doença renais, com complicações ocasionadas, muitas vezes, pela dificuldade de acesso a informações e a um profissional especialista.

Na atualidade, os pacientes infanto-juvenis com DRC atendidos no HUOL fazem uso de um caderno no qual são registradas – por eles ou pelos seus responsáveis e pelos profissionais – informações importantes sobre a evolução do caso e o plano terapêutico, tais como: peso, pressão arterial, glicemia, quantidade de diurese, medicações, doses medicamentosas e orientações sobre o autocuidado. Essas anotações são utilizadas continuamente para nortear a conduta dos profissionais de saúde nas consultas mensais, nos internamentos e em outras demandas desses usuários. Como conhecedora e participante deste contexto, a autora pode constatar que são muitas as dificuldades advindas dessa forma de registro (dados incompletos ou sequer registrados, pouca adesão por parte do usuário), fazendo-se necessário diversificar o mecanismo de captação e disponibilização das informações. Assim, a partir do estudo proposto, como produto final, pretende-se disponibilizar informações que possam subsidiar o desenvolvimento de um aplicativo com funcionalidades que ajudem a melhorar a acessibilidade e a adesão ao tratamento, bem como propiciem maior rapidez e exatidão dos diagnósticos – evitando possíveis complicações no quadro – e a otimização do tempo entre os profissionais envolvidos.

1.2 PROBLEMÁTICA E QUESTÃO-PROBLEMA

O registro das informações relativas à evolução do quadro clínico no âmbito da Unidade de Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente do HUOL, da forma como atualmente se processa, tem sido alvo de muitas queixas, tanto por parte dos usuários, quanto dos profissionais. Como dinamizar o fluxo de dados e informações a fim de otimizar as tomadas de decisão, permitindo que o paciente possa registrar uma dúvida e a equipe que o acompanha possa fornecer um *feedback* mais rápido e efetivo? É possível desenvolver um recurso que possibilite melhorar a comunicação entre os profissionais de saúde, o usuário e suas famílias? Que funcionalidades podem levar a tal melhoria na comunicação?

Buscando responder a esses questionamentos é que foram delimitados os objetivos do presente estudo.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Sistematizar informações que subsidiem o desenvolvimento de um aplicativo para dispositivos móveis a ser usado como ferramenta para a promoção do

acompanhamento domiciliar e do autocuidado do paciente infanto-juvenil portador de doença renal crônica (DRC).

1.3.2 Objetivos Específicos

- Identificar as principais necessidades apontadas pelos pacientes e seus cuidadores para a promoção de seu autocuidado;
- Conhecer a percepção dos profissionais de saúde sobre os fatores que limitam a adesão do paciente infanto-juvenil ao tratamento estabelecido para a doença renal;
- Verificar a existência de pontos facilitadores ou dificultadores para a comunicação efetiva entre o plano terapêutico, o paciente e seu cuidador;
- Desenvolver estratégias autoinstrucionais que promovam um processo de comunicação efetiva para favorecer o autocuidado.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, voltado para a inovação e para a melhoria do processo educativo com vistas à promoção da saúde a partir de uma produção tecnológica. Conforme Lakatos e Marconi (2017), a pesquisa descritiva ocorre quando há registro, análise e correlação entre fenômenos, sem manipulá-los, permitindo descrever as características da população a ser estudada.

A população desse estudo será constituída por crianças e adolescentes com DRC, com idade entre 03 e 14 anos, que sejam acompanhados pelo serviço de nefrologia pediátrica do HUOL, bem como familiares, cuidadores e equipe multiprofissional que assistem esses pacientes.

Num primeiro momento, será feito um levantamento de informações relativas aos recursos tecnológicos em saúde, de modo a subsidiar o desenvolvimento de um aplicativo para dispositivos móveis a ser usado como ferramenta para a promoção do acompanhamento domiciliar e do autocuidado do paciente. Para tanto, realizar-se-á uma revisão integrativa nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Bases de Dados em Enfermagem (BDENF), Scientific Electronic Library Online (SciELO), *Science Direct*, *Cummulative Index to Nursing and Allied Health Literature* (CINAHL), *Science Direct* e *US National Library of Medicine National Institutes of Health (PubMed)*, e utilizaremos descritores presentes nos Descritores em Ciências da Saúde (DeSC) e *Medical Subject Heading* (MeSH), para que sejam levantados os principais aspectos encontrados na literatura que façam referência ao autocuidado de pacientes

infantojuvenis com DRC e ao uso de aplicativos móveis. Após essa etapa, os resultados encontrados serão categorizados de acordo com aspectos em comum. Pretende-se construir cinco categorias que abriguem atividades semelhantes.

Tomando como base as categorias obtidas, serão desenvolvidos questionários que, posteriormente, serão aplicados aos pacientes, responsáveis, cuidadores e profissionais envolvidos no cuidado, de modo a sistematizar informações sobre os principais pontos que precisam ser contemplados no desenvolvimento de estratégias voltadas à melhoria da comunicação, como é o caso do aplicativo para dispositivos móveis.

3. PRODUTO FINAL

O aplicativo para o cuidado do paciente infantojuvenil portador de doença renal crônica como produto desenvolvido trará benefício para usuários, famílias e profissionais de saúde, uma vez que oferecerá funcionalidades que respondem às necessidades do usuário e dos profissionais que o atendem, ajudando a melhorar a comunicação e propiciando acessibilidade e uma maior adesão ao tratamento, assim como mais rapidez e exatidão diagnóstica, evitando possíveis complicações no quadro clínico.

Dessa forma, acredita-se que a finalização deste estudo trará como produto não só o mapeamento de informações que auxiliarão na construção de mais um recurso tecnológico, mas também uma inovação no campo da nefrologia pediátrica e nas práticas em saúde, permitindo um avanço e uma reestruturação no cenário já existente, e possíveis melhorias nos indicadores de morbimortalidade desse grupo populacional por conceder uma maior segurança no cumprimento do plano terapêutico singular. Além disso, o estudo torna-se ainda mais relevante por ser desenvolvido em um hospital escola, o que, espera-se, contribuirá para a ampliação do conhecimento científico e para a formação e atuação de novos profissionais.

4. REVISÃO DE LITERATURA

4.1 DOENÇA RENAL CRÔNICA

A doença crônica na infância e adolescência, em geral, acarreta modificações no crescimento e no desenvolvimento normal da criança, limitando atividades e brincadeiras específicas da infância, e também na família, que sofre diversas alterações. Quando há frequentes hospitalizações, além do aumento do sofrimento

familiar, observa-se o aumento de custo para o sistema de saúde, em casos nos quais o cuidado poderia ser prevenido em nível de atenção primária.

No que tange ao conceito, a Doença Renal Crônica pode ser definida como uma deterioração progressiva e irreversível da função renal, na qual a capacidade do corpo para manter a homeostasia metabólica e hidroeletrolítica falha, resultando em uremia, que é definida pela retenção de ureia e outros produtos nitrogenados no sangue (RIBEIRO *et al.*, 2018).

4.2 O AUTOCUIDADO

O autocuidado tem como propósito o desempenho ou a prática de atividades que os indivíduos realizam em seu benefício para manter a vida, a saúde e o bem-estar, com potencial para desenvolver suas habilidades intelectuais e práticas (RIBEIRO *et al.*, 2018).

No âmbito da doença crônica, levando-se em consideração a natureza dessas condições de saúde que “apresentam início gradual, com duração longa ou incerta, que, em geral, apresentam múltiplas causas e cujo tratamento envolve mudanças de estilo de vida, em um processo de cuidado contínuo que, usualmente, não leva à cura”, a efetivação dos pilares pode ser uma medida eficaz e menos onerosa às instituições de saúde, tendo em vista que permite a ação imediata do profissional (FERNANDES *et al.*, 2017).

É nesse contexto que as redes de cuidados à saúde têm sido defendidas como meio de incorporar a inteligência coletiva de pacientes, familiares, médicos e pesquisadores, de forma a criar um sistema que explore suas motivações e habilidades, uma vez que também são partes interessadas nesse processo e, portanto, podem se dedicar a essa tarefa e acelerar a descoberta de conhecimentos, bem como implementar ações benéficas ao cuidado efetivo (FERNANDES *et al.*, 2017).

Diante do exposto, salienta-se a importância do uso de métodos adequados para o empoderamento da criança/adolescente com doença crônica e sua família no autocuidado para o controle da mesma (FERNANDES *et al.*, 2017).

4.3 TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

No contexto atual, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) desafiam a transformação dos conceitos educacionais e das perspectivas didáticas, e convidam os pesquisadores a revisarem e complementarem suas formações, levando-os a refletir sobre novas possibilidades e conhecimentos que podem ser agregados à rotina diária, facilitando e estreitando as relações, construindo novos caminhos de conhecimentos e ferramentas (CARVALHO; CHAGAS; SILVA, 2020).

Tais tecnologias são consideradas um recurso global, o qual conecta diversos computadores, criando uma rede de informações que permite colaborar para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das profissões da saúde (SANTANA *et al.*, 2016).

Os *apps* são conceituados como um conjunto de ferramentas desenhado para realizar tarefas e trabalhos específicos. Através desses instrumentos, é possível atender diferentes perfis de usuários, individual ou coletivamente, em localidades geográficas diversificadas e em inúmeros serviços, como entretenimento, negócios, educação e saúde (BARRA *et al.*, 2017).

Os dispositivos móveis, em especial os aplicativos móveis, visam atender o acesso das pessoas à informação e ao conhecimento, sem restrição de tempo e espaço. A possibilidade da queda de barreiras de tempo e espaço permite também novas formas de comunicação. Essas características agregam valor estratégico para a nova sociedade da Era da Informação (BARRA *et al.*, 2017).

Para os profissionais de saúde, o uso da tecnologia em dispositivos móveis pode favorecer a assistência em múltiplos aspectos, entre eles a oportunidade de capacitação, a geração e o armazenamento de dados, o auxílio na definição diagnóstica ou na tomada de decisão para definição de condutas mais assertivas de tratamento e monitorização de pacientes in loco ou a distância, como em Home Care (SANTANA *et al.*, 2016).

Assim, a motivação para o desenvolvimento de dispositivos móveis para o ensino-aprendizado em saúde está centrada no suporte que esses instrumentos podem propiciar aos profissionais, com vistas ao alcance de resultados mais precisos e agilidade em suas ações.

REFERÊNCIAS

BARRA, D.C.C.; *et al.* Métodos para desarrollo de aplicaciones móviles en salud: revisión integral de la literatura. **Texto Contexto Enferm**, v. 26, n. 4, 2017.

CARVALHO, R.B.; CHAGAS, M.S.; SILVA, ALA. Criação de Aplicativo Móvel para uso na Assistência de Enfermagem Oncológica: Uma Estratégia de Educação Permanente em Saúde. **Revista Pró-UniversUS**, v. 11, n. 2, p. 189-191, 2020.

FERNANDES, L.T.B.; *et al.* Supported self-care for children and adolescents with chronic disease and their families. **Rev Bras Enferm**, v. 70, n. 6, p. 1318-29, 2017.

FONSECA DE OLIVEIRA, A. R.; ALENCAR, M. S. de M. O uso de aplicativo de saúde para dispositivos móveis como fontes de informação e educação em saúde. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 15, n. 1, p. 234-245, 2017. DOI: 10.20396/rdbci.v15i1.8648137. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8648137>. Acesso em: 21 ago. 2021.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

RIBEIRO, W.A. *et al.* Enfermeiro protagonista na educação em saúde para o autocuidado de pacientes com doenças renal crônica. **Revista Pró-Universus**, v. 9, n. 2, 2018.

SANTANA, C.C.A.P. *et al.* Aplicativos como estratégia de ensino na doença renal crônica infantil: uma revisão da literatura. **J Health Inform**, v. 8, n. Suppl 1, p. 287-297, 2016.

Esta obra é uma produção colaborativa de discentes e docentes do Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais.

Os trabalhos que compõem a obra refletem o caráter interdisciplinar do Programa.

O desenho dos capítulos é feito através do pano de fundo das universidades e da realidade da sociedade brasileira como observado nos capítulos deste livro que mencionam sempre um fazer técnico-administrativo e teórico dentro das Instituições de Ensino Superior. Essa descrição é ocasionada pelo caráter profissionalizante do mestrado e pela tríade: sociedade, compartilhamento e ciência, pois todos os capítulos se relacionam com aspectos sociais, econômicos, técnicos e tecnológicos, de gestão administrativa e de processos que alicerçam a tríade da universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Esta obra, portanto, é uma história científica de construção coletiva dos discentes e docentes do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Processos Institucionais (PPGPI) da UFRN, escrita em linhas e entrelinhas de histórias entrelaçadas nos capítulos que retratam as temáticas de Educação, Gestão e Sustentabilidade.



EDITORA
MOTRES
ACADÊMICOS



ISBN 978-65-89765-16-5



9 786589 765165